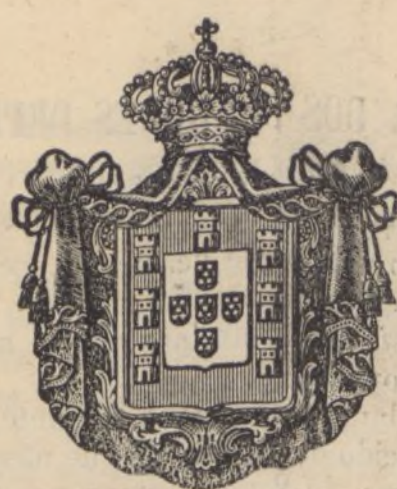


## ASSIGNATURAS

|                           |         |
|---------------------------|---------|
| Por um anno .....         | 10\$000 |
| Por seis meses .....      | 5\$600  |
| Por tres meses .....      | 3\$000  |
| Avulso por folha .....    | \$040   |
| Anuncios, por linha ..... | \$060   |

A correspondência official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondência das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



## ASSIGNATURAS

|                      |         |
|----------------------|---------|
| Por um anno .....    | 12\$000 |
| Por seis meses ..... | 6\$600  |
| Por tres meses ..... | 3\$600  |

Comunicados e correspondencias, por linha .....

A correspondência das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

EDITAL

Eu Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, do conselho de Sua Magestade Fidelissima, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, etc. etc.

Faço saber que no dia 7 de junho proximo ha de ter lugar a procissão do Corpo de Deus, a qual sairá da igreja de S. Domingos pelas quatro horas e meia da tarde, assistindo Sua Magestade El-Rei; que todos os gran-cruzes, commendadores e cavalleiros das ordens militares do reino, que se acharem na corte, devem comparecer com os seus mantos n'aquelle tempo, antes da hora designada, para, como lhes cumpre, acompanharem a procissão, tomando os logares, e guardando as formalidades do estylo, e que forem prescriptas pelos mestres de ceremonias; e que os cavalleiros, commendadores e dignitários das referidas ordens, que não puderem ir a esta solemnidade, deverão concorrer ao ministerio do reino com petição documentada, para serem devidamente considerados os motivos do seu legitimo impedimento.

E para que chegue ao conhecimento de todos se publica o presente.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 19 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Tendo alguns commissarios dos estudos representado a difficuldade de enviar ao ministerio do reino, como lhes é ordenado pelas leis e regulamentos em vigor, os mappaes estatísticos de todas as escolas livres de instrução primaria e secundaria, organisadas segundo o modelo C, publicado no *Diario de Lisboa* n.º 12 de 14 de novembro de 1859, visto que nem todos os administradores de concelho dos respectivos districtos se prestam a dar os esclarecimentos indispensaveis para a formação d'aquelles mappaes:

Considerando que, em quanto não tiver lugar a nomeação dos sub-delegados dos commissarios dos estudos, não poderão estes sem a coadiuvancia das autoridades administrativas locais, satisfazer a todas as exigencias da administração litteraria a seu cargo, e que são indispensaveis para habilitar o governo com o exacto conhecimento do estado e progresso da instrução;

Considerando que, pelo artigo 248.º do codigo administrativo, estão os administradores de concelho encarregados da vigilancia e inspecção dos estabelecimentos do ensino, e designadamente do ensino livre, pelos artigos 84.º e 86.º do decreto com sancção legislativa de 20 de setembro de 1844, e artigo 33.º do regulamento de 10 de janeiro de 1851;

Considerando que é necessario pôr termo ao gravissimo abuso com que os mestres das escolas livres se escusam a apresentar annualmente os mappaes estatísticos do movimento litterario e economico das aulas que dirigem, e que n'esse empenho devem as autoridades locais desenvolver a maior sollicitude, dando pontualmente conta das faltas cometidas para se tornarem effectivas as penas que a lei impõe aos desobedientes e refractarios:

Ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar aos governadores civis dos districtos administrativos do reino e ilhas adjacentes o seguinte:

1.º Que façam constar aos administradores de concelho, seus subordinados, que lhes cumpre coadiuvarem os commissarios dos estudos, e satisfazer directamete ás requisições, que por estes lhes forem feitas, sobre pontos de instrução, que não respeitem ás doutrinas e methodos de ensino.

2.º Que especiem ordens terminantes aos mesmos administradores de concelho, para que hajam o maior rigor para com os professores particulares e mappaes estatísticos das suas escolas, tomando nota d'elles, e formando-lhes processo a fim de serem superiormente punidos nos termos da lei.

3.º Que ordenem mais aos administradores que satisficam, se ainda o não tiverem feito, as requisições que lhes tiverem sido dirigidas pelos commissarios dos estudos, relativamente á estatística das escolas livres, no anno lectivo de 1858 a 1859, devendo para o futuro assim proceder, todas as vezes que se tratar do importante ramo do ensino, pela forma que fica indicada.

Paço das Necessidades, em 30 de maio de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

RECTIFICACÃO

Na portaria do ministerio dos negocios do reino, publicada no *Diario* n.º 127, resolvendo o modo de se organisarem, no actual anno lectivo, as mesas dos exames preparatorios para a admissão á primeira matricula na universidade, em vez de ler-se—á primeira matricula nos *curros* academicos, etc.—deve ler-se—á primeira matricula nos *curros* academicos, etc.—

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Por officio de 4 do corrente se participou á presidencia da relação do Porto que está vago um dos officios de escriptão e tabellião do juizo de direito da comarca de Guimarães, pela transferencia de Eduardo Pereira Coelho Lima; a fim de se abrir concurso sem demora, para o provimento do mesmo officio, e de proceder-se em tudo o mais na conformidade dos decretos de 20 de setembro de 1849 e 10 de fevereiro de 1858, publicados nos *Diarios do Governo* n.ºs 222 e 30 dos respectivos annos, bem como da circular de 16 de julho ultimo, publicada no *Diario* n.º 175.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA TRESOURARIA

Na conformidade do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 123, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 6 do corrente, dos vencimentos do mez de maio de 1860 das seguintes classes:

Camara dos dignos pares  
Camara dos senhores deputados  
Relação de Lisboa, procuradoria regia e delegados  
Tribunaes do commercio  
Estado maior do exercito  
Supremo conselho de justiça militar  
Sé de Lisboa  
Majoria geral  
Estado-maior da 1.ª divisão militar  
Governo civil de Lisboa  
Officias generaes reformados  
Repartição de fazenda do districto de Lisboa.

Direccão geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 4 de junho de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Autographa.—Sendo necessario prover com tempo ao fornecimento das rações de pão e forragens para os corpos do exercito, a contar do 1.º de julho até 30 de setembro do corrente anno: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, que os generaes commandantes das divisões militares façam annunciar, com a possível anticipação e publicidade, os dias em que deve abrir-se a praça para as arrematações do sobredito fornecimento nas suas respectivas divisões, com as condições prescriptas no artigo 44.º do regulamento da fazenda militar de 18 de setembro de 1844, e na conformidade da portaria de 25 de maio de 1859, publicada no *Diario do Governo* de 27 do dito mez. Paço, em 4 de junho de 1860.—Visconde da Luz.

1.ª Direcção—4.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haverem requerido Francisco Barbosa e Maria Magdalena, aquella como mãe, e esta viúva do finado Marcellino Antonio Borges, que foi soldado n.º 4 da 1.ª companhia do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha, o abono dos vencimentos que ficaram em divida ao dito fallecido; para que, se houver algum que se julgue com melhor direito á percepção d'estes vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio, findo o qual será resolvida a pretensão das supplicantes como for de justiça.

2.ª Direcção—2.ª Repartição

Em conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848 se annuncia haver requerido por este ministerio Antonio Henriques da Silveira o abono dos vencimentos em divida a seu finado filho, João Maria Fradesso da Silveira, major, que foi de infantaria n.º 10, a fim de que, se houver quem se julgue com direito aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Hei por bem exonerar o conselheiro José Rodrigues Coelho do Amarral do cargo de governador geral da provincia de Angola, a fim de opportunamente ser encarregado de outra commissão de serviço.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 31 de maio de 1860.—REI.—José Marcellino de Sá Vargas.

Attendendo ao merecimento e mais circumstancias que concorrem no tenente coronel graduado, Carlos Augusto Franco: hei por bem nomear o governador geral da provincia de Angola, cargo que servirá por tempo de cinco annos e o mais que decorrer em quanto eu não mandar o contrario; ficando obrigado a tirar carta pela respectiva secretaria d'estado, com previo pagamento dos competentes direitos.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 31 de maio de 1860.—REI.—José Marcellino de Sá Vargas.

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1.ª Direcção—1.ª Repartição

Maio 30 João Pereira Eustaquio, 2.º tenente da extincta brigada de marinha, addido á 2.ª companhia do corpo de veteranos—reformado na conformidade do alvará de 16 de dezembro de 1790

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Maio 25 Tolentino Sebastião de Nazareth—confirmando no emprego de escriptão do juizo da praça de Diu.

2.ª Repartição

Maio 28 José Paes de Vasconcellos—transferido do lugar de escriptão do juizo de direito da comarca de S. Thomé para o de director interno da alfandega de Lourenço Marques.

» José Sabino Gilet—nomeado thesoureiro e almoxarife da junta da fazenda publica da provincia de S. Thomé e Principe.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Tomando em consideração o que em seu requerimento me representou Manuel da Silva Ribeiro, pedindo ser provido no lugar de director do correio da villa do Pinheiro da Bemposta, que se acha vago em consequencia do fallecimento de seu pae, Manuel da Silva Ribeiro, que o exercera por espaço

de quasi vinte e oito annos; e conformando-me com a proposta que, sobre esta pretensão, fez subir á minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, em data de 23 do corrente mez: hei por bem nomear ao sobredito Manuel da Silva Ribeiro para director do correio da villa do Pinheiro da Bemposta; ficando obrigado a tirar carta de serventia vitalicia, com previo pagamento dos direitos que dever, e a prestar a competente fiança nos termos da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de maio de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

### SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar na sexta-feira 8 do corrente, sendo a ordem do dia a discussão do parecer n.º 18 sobre a proposta n.º 8 do digno par marquez de Vallada, que iguala os ordenados dos empregados subalternos da camara dos pares aos vencimentos dos empregados de igual categoria da camara dos srs. deputados.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 4 de junho de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

### EDITAES

O doutor João Baptista de Seixas, administrador do bairro de Alfama por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde etc.

Faço saber que, em conformidade do que dispõe o artigo 93.º do regulamento de 9 de novembro de 1853, hão de estar patentes na casa d'esta administração, rua nova da Palma n.º 4, por espaço de vinte dias successivos, a contar de 10 até 30 do corrente mez de junho, desde as dez horas da manhã até ás tres da tarde, os mappaes da repartição do contingente da contribuição predial, que foi designado a este bairro pelo corrente anno de 1860, bem como as matrizes, para serem examinadas pelos contribuintes; e que durante o mesmo prazo serão recebidas as reclamações que forem apresentadas por escripto, nos termos do artigo 97.º do dito regulamento, sobre os objectos designados nos n.ºs 6.º, 7.º e 7.º do artigo 96.º Até ao dia 1 de agosto serão entregues os titulos de anulação ás pessoas que os pedirem por terem ficado devolutos no 1.º semestre do corrente anno os seus predios ou algumas divisões d'elles, a fim de que possam pagar as suas collectas á boca dos cofres nas competentes recebedorias, para esse fim hão de estar abertos desde o dia 1 até 30 de agosto, e para receber tambem a 1.ª prestação da decima industrial e impostos annexos.

Os contribuintes que não reclamarem no dito prazo de vinte dias contra qualquer erro de calculo na repartição ou inscripção de seus nomes e predios nos respectivos mappaes, e os que não tiverem pedido, ou não pedirem, a anulação da contribuição respectiva ás rendas que deixaram de receber no 1.º semestre d'este anno por terem devolutos os predios ou algumas divisões d'elles, não poderão ser attendidos depois em qualquer reclamação extraordinaria que façam.

As reclamações que durante o referido prazo forem recebidas, e que não forem favoravelmente deferidas, serão entregues aos interessados que as pedirem, no dia 30 de junho, e desde esse dia até ao dia 5 de julho immediato serão recebidos n'esta administração os recursos que de taes decisões podem interpor-se para o conselho de districto dentro dos referidos cinco dias, conforme o disposto no artigo 101.º do dito regulamento.

E para constar se publica o presente. Lisboa, 1 de junho de 1860.—O administrador, João Baptista de Seixas.

A junta do lançamento da decima e impostos annexos do bairro de Alfama pelo 1.º semestre do anno civil de 1860 faz saber que o lançamento respectivo ás freguezias de Santa Engracia, S. Lourenço, S. Christovão, S. Vicente, Santo Estevão, S. Miguel, S. Thiago, S. Thomé, S. João da Praça, Santa Cruz do Castello, Santo André, Anjos, Socorro e S. Jorge (intra muros), estará patente na casa da administração, rua nova da Palma n.º 4, desde as dez horas da manhã até ás tres da tarde, por espaço de quinze dias, que principiam no dia 10, e findam no dia 25 do corrente mez de junho, para serem examinados pelos interessados; e que durante este prazo receberá todas as reclamações que se lhe fizerem contra o mesmo lançamento, as quaes deverão ser escriptas em papel sellado de 40 réis a meia folha, e assignadas pelos reclamantes. Os documentos que juntarem devem ser sellados.

Em conformidade do disposto no artigo 69.º das instrucções de 22 de abril de 1851, faz a junta saber que as collectas que definitivamente se lançarem, contra as quaes não houver reclamação ou recurso, hão de infallivelmente ser pagas, ainda nos casos de erro de calculo, ou injusticia manifesta, a que o ministerio da fazenda haja de attender por meio de recurso extraordinario, nos casos em que este pôde ter lugar; pois que, havendo deferimento favoravel, só poderá haver compensação no lançamento do anno futuro, conforme dispõe o § 28.º do titulo 3.º do regimento das decimas, de 9 de maio de 1654.

A publicação do deferimento das reclamações ha de fazer-se, findo o dito prazo de quinze dias, nos termos prescriptos no artigo 75.º das referidas instrucções; e a interposição dos recursos deve ter lugar no prazo, e pelo modo prescripto no mesmo artigo e seguintes.

Em observancia do artigo 48.º das citadas instrucções faz a junta saber, que alem da decima e imposto de creados e cavalgaduras, que no lançamento se comprehende, se hão de incluir nos respectivos conhecimentos, ou documentos de cobrança, mais quinze por cento para a feitura das estradas, calculados sobre a importancia total dos ditos rendimentos da decima e imposto de creados e cavalgaduras.

E para constar se publica e affixa o presente.

Lisboa, 1 de junho de 1860.—O administrador, João Baptista de Seixas.

### GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Em cumprimento de ordens emanadas do ministerio das obras publicas, commercio e industria, se faz publico por este governo civil, que tendo requerido Joseph Griffiths patente de introdução pelo espaço de cinco annos para uma machina em ponto pequeno, do mesmo teor do da camara obscura, para servir em tirar retratos e vistas photographicas em ponto muito grande, se põe a concurso esta patente nos termos do artigo 23.º do decreto de 31 de dezembro de 1852; convidando-se assim todas as pessoas a quem a mesma possa convir por menor prazo de tempo, para apresentarem as suas propostas n'esta repartição dentro de trinta dias, contados da data do *Diario de Lisboa* em que este annuncio for pela primeira vez inserto.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Tendo sido offerecido ao conselho de administração de marinha, depois de fechada a praça no dia 4 do corrente, para a venda de diversos generos avariados, um preço superior áquelle que na mesma praça foi offerecido, de novo se abriu arrematação para a venda dos ditos generos no dia 5 do corrente, pelas duas horas da tarde, na sala das sessões do referido conselho.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 4 de junho de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete de Inglaterra estar á vista recebeu-se ás cinco horas e trinta minutos da manhã: a mala chegou ás sete horas e quarenta minutos: a correspondencia começou-se a distribuir ás oito horas e cincoenta e cinco minutos: a pequena posta saiu ás dez horas e trinta minutos. Em 3 de junho de 1860.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 6 do corrente, para Liverpool, o vapor *Vasco da Gama*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até á uma hora, e na da estação postal do Terreiro do Paço até á uma e meia hora da tarde do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 8 do corrente, para o Rio de Janeiro, o patacho *Clá*; a 10, para o Pará, a barca *Flore de Vez*; e para a Madeira o brigue *Galgo*; a 15, para a Bahia, o brigue *Julio*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 4 de junho de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

### CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Antonio Manuel de Vilhena, Engenia Maria de Carvalho—Francisco Maria Bordallo—João Pereira de Castro, Joaquim Freire de Andrade, José Maria Monteiro Mora—Maria da Conceição Foo, Maria da Gloria—Pedro Thomé—Valentim dos Santos.

Administração central do correio de Lisboa, em 4 de junho de 1860.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS PARES DO REINO

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM

AUDIENCIA DE 19 DE MAIO DE 1860

Ministerio publico o ex.º sr. procurador geral da coroa.

Membros da commissão os ex.ºs srs. visconde de Gouveia, relator, visconde de Castro, conde de Peniche, visconde da Borralha, José Maria Eugenio de Almeida, João de Almeida Moraes Pessanha, e Joaquim Larcher.

Escrivão, o conselheiro official maior e director da secretaria da camara dos pares, Diogo Augusto de Castro Constancio.

Presentes os tabelliães Antonio Pedro de Barreto Saldanha, Antonio de Abranches Coelho, e José Maria Rodrigues Grillo.

Testemunhas Manuel Maria Bordallo, e Antonio de Moraes Correia de Sá, empregados na secretaria d'esta camara.

Pela uma hora da tarde o sr. presidente e juizes tomaram os seus logares.

O sr. Presidente:—o sr. escriptão dê as necessarias providencias para que entre na sala o digno par o sr. Ferrão.

S. ex.ª deu entrada na sala, acompanhado pelo seu patrono o dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, e o escriptão do tribunal.

O sr. Presidente:—Está aberta a audiencia, e tem a palavra o sr. relator.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, como o acto de que se trata é um acto preparatorio do processo, parece-me que devemos deixar na sala só as pessoas a quem compete assistir a este acto, e as testemunhas.

O sr. Procurador geral da coroa:—eu concordo tambem que até á pronuncia do processo deve ser secreto, e que só devem assistir a este acto de exame de peritos as pessoas que a lei manda a elle assistir.

O sr. Ferrão:—nas circumstancias em que se acha este processo, e pois que estou presente, tudo deve ser publico, e mesmo porque tenho a obrigação e direito de fazer alguns requerimentos, cuja decisão deve necessariamente preceder a quaesquer actos preparatorios, que se intentem praticar.

Alem de que parece-me, que vista a publicidade

com que esta audiencia foi aberta, em que não tem a inquirir-se testemunhas, e para que o réu foi intimado, sem se achar preso nem affiançado, mas solto, não ha motivo legal para segredo, e portanto para que sejam excluidas de assistir a esta audiencia as pessoas estranhas aos actos que n'ella se deviam praticar, ficando só as que n'elles devem figurar.

Requeiro, portanto, que se cumpra a lei que, em geral, exige a publicidade em quaesquer actos, que, segundo a reforma judiciaria, se praticam em audiencia ou sessão publica, e que assim não seja excluida pessoa alguma das que estão presentes, ou que aqui possam concorrer.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, eu peço que a commissão se retire em conferencia para regular sobre este objecto.

O sr. advogado Pinto Coelho:—se v. ex.ª me dêsse licença, faria algumas observações para serem tomadas na consideração que merecessem.

O sr. Presidente:—tem a palavra.

O Orador:—o ex.º querelado foi chamado agora pela primeira vez, ante o tribunal dos pares do reino.

Esse tribunal não se acha reunido; mas diz-se representado pela illustre commissão que está presente, e que vejo presidida por v. ex.ª

E consta-me pela propria intimação feita ao ex.º querelado, que o chamamento d'elle a esta sessão tem por objecto a confecção do corpo de delicto.

N'estas circumstancias o ex.º querelado não pôde deixar de comegar por deduzir, ou pelo menos annunciar n'este acto aquellas excepções que o réu, segundo o direito commun, tem obrigação de apresentar, logo que comparece em juizo, sob pena de se lhe julgarem prejudicadas.

Uma d'essas excepções é a da incompetencia, quer do tribunal, quer da illustre commissão, que está presente.

Se se tivesse procedido ao corpo de delicto, sem o ex.º réu ser citado, e convocado; nenhuma necessidade tinha elle de annunciar desde já esta excepção.

Mas como o comparecimento d'elle se reputou necessario, e se exigiu como tal; se elle comparecesse, não excepçionasse a competencia do tribunal, pareceria que a approvava, e consentia no juizo.

Portanto, e para que tal consequencia se não deduz, declaro solemnemente, em nome, e como advogado do ex.º querelado, que com o mais profundo respeito contesto a jurisdicção do tribunal dos pares para a formação do processo preparatorio, que li'a contestado tambem para o corpo de delicto, e que, assim, como lhe não posso reconhecer jurisdicção para taes actos, a nego tambem a respeito de toda e qualquer delegação d'elle.

E requeiro a v. ex.ª que, sobrestando no acto que estava destinado para hoje, se digne reunir, com urgencia, o tribunal para antes de tudo conhecer d'esta excepção, e resolve-la.

Eu bem sei sr. presidente, que o tribunal discutirá já officialmente a sua competencia, e que a final, depois de muito encontrados pareceres, a votou por maioria.

No entretanto, quando o tribunal se dignar admitir-me a sustentar e desenvolver a excepção que annunciei, tratarei de demonstrar que nenhuma deliberação preliminar de similhante natureza faz direito contra o réu, em quanto o réu não é ouvido.

E provarei com a lei portugueza, e com os precedentes da propria camara dos pares de França, que aquella decisão nem tira ao ex.º réu o direito de oppor hoje a excepção de incompetencia, nem dispensa o tribunal de lhe receber essa excepção, e de li'a resolver como for de razão e justiça.

Tanto mais quanto é certo (e eu proprio como simples expectador o presenciarei) que, se o ex.º querelado não foi ouvido, o foi todavia o ex.º procurador geral da coroa. (Signal negativo do sr. procurador geral da coroa.)

Bem sei que s. ex.ª não pediu n'essa occasião a palavra para sustentar a competencia do tribunal, pediu-a para fiscalisar a execução da lei.

Mas tambem é verdade que, usando da palavra para esse fim, foi tratando de demonstrar a seu modo a competencia do tribunal, e o ex.º querelado não estava lá para demonstrar a incompetencia.

Insisto por isso na excepção que apresentei, e novamente requeiro, e torno a pedir, a immediata convocação do tribunal para conhecer d'ella.

Outro ponto, tambem preliminar, é o da continuação do proprio tribunal.

Antes de se tomar alguma deliberação em referencia ao processo, deve examinar-se quaes dos dignos pares serão suspeitos, para a suspeição parta d'elles proprios, quer lhes seja opposta por algumas das partes.

Só depois é que o tribunal pôde definitivamente constituir-se, e deliberar validamente sobre a competencia e ordem do processo.

Mais algum ponto preliminar terá ainda de tratar-se.

E não podendo a illustre commissão deliberar sobre



de que se tratava. Limite-me, portanto, n'essa occasião, a requerer a v. ex.ª, como presidente da camara dos dignos pares, constituída em tribunal de justiça, que a primeira causa que deveria fazer-se fosse distribuída ao processo, e nomear o relator, porque este é que havia de dar seguimento aos termos do processo. No entanto, a questão da competência proseguir, *sive bene, sive male*, e a final a camara, constituída em tribunal, tomou uma deliberação definitiva, julgando-se competente para conhecer d'este processo, não só com relação ao preparatório, mas também quanto ao julgamento.

Parece-me, portanto, que esta deliberação da camara, constituída em tribunal, firmou direito entre as partes, e já hoje não pôde a instancia de qualquer d'ellas ser revogada.

Quanto, pois, ao requerimento que acabou de apresentar o digno patrono do querelado, que está presente, para que v. ex.ª mande extraordinariamente convocar o tribunal a fim de tratar de novo da questão de competência, que já se decidiu na sessão anterior; parece-me que tal requerimento não está no caso de poder ser deferido por intempestivo, e que deve passar-se agora ao exame de peritos para complemento do corpo de delicto, pois que foi para se proceder a esse acto, e nada mais, que o tribunal hoje se reuniu.

Quando porém o digno patrono do ex.º querelado insiste em revocar em d'vida a decisão tomada sobre o ponto da competência, e em deduzir a sua excepção de incompetência, aproveite para esse fim a occasião em que o ex.º querelado foi mandado responder no prazo de quinze dias, sobre a procedência ou improcedência da accusação, sem necessidade de se reunir o tribunal, como pretende, sómente para lhe ouvir as suas reflexões orais sobre essa já discutida e decidida materia; multiplicando assim, sem necessidade, e com grande incommodo do tribunal, os actos do processo, que estão marcados e regulados por lei.

Concluo, portanto, que se proceda, sem mais interrupção alguma ao exame, que para hoje estava destinado.

O sr. Ferrão:—deduzo das palavras que acaba de proferir o digno chefe do ministerio publico que considera o facto de que se trata como praticado no exercicio de funções.

A este respeito porém tenho desde já a observar, que havendo duas formas de processo a seguir, uma para factos praticados *fora do exercicio* das funções, outra para factos praticados *no exercicio* das funções, vejo pelo modo por que o entendido o sr. procurador geral da coroa, isto é, de se tratar como de facto *no exercicio* das funções, que o processo vae laborando em gravissimo erro de facto e de direito, no qual eu de modo algum posso consentir, contra que protesto, e a que resisto legalmente, apresentando desde já todas as razões, pelas quaes não posso nem devo consentir em nenhum acto de processo que não seja praticado pela autoridade competente, e na forma que as leis prescrevem.

E attenda-se, primeiro que tudo, a que não é arbitraria a classificação de crime *no exercicio* ou *fora do exercicio* das funções. O sr. procurador geral da coroa sabe, ou pelo menos deve presumir que sabe, porque o contrario seria o formar um juizo desfavoravel á intelligencia do primeiro fiscal da lei; s. ex.ª sabe, digo, que não ha nada arbitrario na qualificacão de deveres de officio pelo que pertence aos conselheiros do supremo tribunal de justiça: é muito expresso o artigo 14.º da reforma judiciaria, aonde se lê: «Ouvirão com urbanidade as partes, e lhes desparachará com justiça e brevidade os seus requerimentos e feitos.» Tudo, pois, quanto é *fora* disto, não está dentro do exercicio das funções. Esta mesma qualificacão se encontra no código penal livro 2.º, título 3.º, capítulo 13.º, que se insere: «Dos crimes dos empregados publicos no exercicio de suas funções.» Logo no artigo 284.º, primeiro d'este capítulo, se lê: «Todo o juiz que aconselhar uma das partes sobre o litigio que pender sobre elle.» Fora pois dos litigios, fora dos requerimentos não podem haver senão delictos ou factos puramente individuaes, embora sejam de um juiz. No modo por que o sr. procurador geral da coroa parece entender o assumpto em questão, confunde o caracter dos juizes e deveres moraes de classe ou de dignidade, que prendem em certo modo as attribuições judicias e posição social inherente, com o que são essencialmente funções de juiz, e *no exercicio* d'ellas.

Nesta confusão, n'este erro, vejo, que se acha s. ex.ª, em quanto deixou escapar, que se me ha de dar vista para em quinze dias deduzir toda a defeza que tiver, o que sómente a lei admite quando se trata de factos de juizes praticados *no exercicio* de funções.

Esta porém não é só a minha questão de competência, que eu deva reservar para essa occasião: a questão da competência vae mais longe, quer se pretenda processar pela primeira forma, quer pela segunda.

Eu pois rectifico o requerimento feito: e v. ex.ª, sr. presidente, a quem pelo regulamento compete exclusivamente a instrucção do processo com os dois ajudantes eleitos para o coadjuvarem, é que tem a deferir a este requerimento, em vista da justiça que me assiste.

E por esta occasião invocarei o que se praticava na camara dos pares de França, aonde se achava estabelecido, que por mais solenne e terminante que fosse a decisão tomada por ella sobre a competência, isso não tolhia de modo algum a declinatoria, ou excepção de incompetência, logo que o réu estivesse presente para a allegar e requerer.

O sr. Presidente:—eu não me acho autorisado para decidir este ponto, e então parece-me que devo mandar lavar o competente auto, e consultar o tribunal; porque as deliberações tomadas sobre este assumpto, sendo ouvidas pelo sr. Ferrão, e pelo seu advogado, contestadas pelo sr. procurador geral da coroa, no meio d'isto, qual é a obrigação do presidente? É sustentar todo o ulterior procedimento, e convocar o tribunal.

O sr. Visconde de Gouveia:—desajava que em seguida a este requerimento que fez o sr. Ferrão e o seu advogado tivesse logar a minha indicação, e para isso parecia-me que devia ter logar uma conferencia.

O sr. Presidente:—passamos á conferencia pedida pelo sr. relator visconde de Gouveia.

(Os membros da commissão, juntamente com o ex.º sr. presidente, saíram da sala ás duas horas menos cinco minutos, e voltaram ás duas horas e tres quartos.)

O sr. advogado Pinto Coelho:—leu os seus requerimentos acima alludidos, e que não se consignados no auto de corpo de delicto.

O sr. Visconde de Gouveia:—rogo a v. ex.ª, sr. presidente, que mande cumprir a deliberação da commissão relativamente á publicacão do acto.

O sr. Presidente:—Confesso que me vejo perplexo, no entretanto sempre direi que, começando a sessão publica, publicamente deve terminar.

O sr. Eugenio de Almeida:—explicou a intelligencia do requerimento que o sr. visconde de Gouveia acabava de apresentar, que era ficar secreto o que se tratava na conferencia.

O sr. Visconde de Gouveia:—insisto no meu requerimento para que esta sessão seja secreta, e peço a v. ex.ª que dê as providencias necessarias para esse fim.

O sr. advogado Pinto Coelho:—não me consta que haja lei, que declare secreto o corpo de delicto;

e tambem a não conheço que declare secreto o acto em que o réu oppõe a excepção de incompetência, ou qualquer outra.

Mas se o digno par, o ex.º visconde de Gouveia, n'ha apontar, eu serei o primeiro a resignar-me.

Por agora, limitar-me-hei a observar que, se o segredo me obriga tambem a mim a sair da sala, não sei como v. ex.ª ha de dar seguimento aos meus requerimentos.

Requeri em sessão publica, e parece-me que v. ex.ª não pôde deixar de mandar inserir esses requerimentos na acta.

E n'esse caso perguntarei: como hão de esses requerimentos ir na acta, sem eu a assignar; ou como hei de eu assigna-la sem a ouvir ler?

V. ex.ª decidirá como lhe parecer justo.

O sr. Procurador geral da coroa:—todas as vezes que se não segue a marcha regular que a lei marca, o resultado é sempre mal.

A camara, constituída em tribunal de justiça, reuniu-se hoje simplesmente para a formação do corpo de delicto; a este acto, é minha opinião individual, não devem assistir senão as pessoas que a lei declara. Não sei, pois, para que se ordenou a comparência do ex.º querelado, porque para a formação do corpo de delicto não se faz precisa, segundo a lei, a presença do delinquento, nós aqui não queremos saber agora nada do ex.º querelado. V. ex.ª sabe que este acto só foi requerido para authenticar por meio de peritos a assignatura que está na carta, porque a confissão do digno par querelado não era bastante para a reconhecer como autographa. Portanto, para os peritos procederem ao exame da assignatura, e reconhecerem se ella era do proprio, desnecessaria se fazia a assistencia do digno par querelado.

O sr. Ferrão:—peço a v. ex.ª e aos illustres membros da commissão, que attendam ao que dispõe a reforma judiciaria no artigo 916.º sobre papéis, que podem servir de elemento de prova ou de culpabilidade.

D'aqui deriva-se de um modo indirecto e de analogia (que, sempre que se trata da apprehensão de um papel, esta deve ser feita judicialmente e em presença do réu, esteja elle preso, affiançado, ou solto; consequentemente que não ha motivo algum para que elle não esteja presente, nem para que o acto de apprehensão judicial feito n'esta audiencia, não seja publico.

Não reconheço jurisdição no sr. relator da commissão, nem na commissão mesma, para me convidarem a vir aqui; se vim foi por deferencia e respeito aos dignos pares, mas já que vim tenho direito a insistir para que sejam admittidos os meus protestos e requerimentos.

Em todo o caso, sr. presidente, a camara dos dignos pares, tribunal de justiça, foi convocada por v. ex.ª; é portanto a v. ex.ª que cumpre apresentar este negocio á camara dos dignos pares para o resolver contradictoriamente, nos termos das leis do reino.

A ordenação, livro 3.º, título 21.º, é muito expressa em querer que o réu não pratique acto algum por onde consinta na jurisdição que reputa incompetente. Muito desejaria eu desde já, como a lei me faculta, apresentar documentos dividentes de toda a culpabilidade, e que aqui tenho. Apresara mesmo a solução d'esta pendencia. Mas como homem de lei, como par do reino, não posso, não o devo assim praticar.

E n'estes termos que eu me apresento aqui: não posso reconhecer jurisdição nem no relator, nem na commissão; e portanto, insisto em que v. ex.ª defira o meu requerimento, convocando a camara em tribunal de justiça. Trata-se de uma questão preliminar que prende com a forma do processo e com a competência para a formação de actos preparatorios que só o tribunal, para quem recorro, deve resolver.

O sr. Eugenio de Almeida:—disse que o digno par o sr. Ferrão comparecera n'esta audiencia porque se intimára para esse fim, e n'estes termos a sua allegação fora o requerimento apresentado pelo seu advogado. Assentára-se na conferencia que acabara de ter logar que se não sustaria no presente acto, se interrogaria o sr. Ferrão sobre a identidade da carta, e não a confessando que se procederia ao exame dos peritos, dando-se depois conhecimento de tudo á camara. O digno par accusado não pôde portanto estorvar a marcha da commissão, e é opinião d'elle, orador, que se prosiga como se acabara de assentar.

O sr. Visconde de Gouveia:—concordando com as doutrinas que apresentou o digno par o sr. José Maria Eugenio de Almeida, eu insisto para que se realice a deliberação que nós tomámos, para que este acto fosse secreto. A commissão tomou esta resolução, na companhia de v. ex.ª, e então insisto com v. ex.ª para que torne efectiva esta deliberação; porque não quero supor que v. ex.ª tem procedido a esse acto já de encontro a ella, e se isso acontecer pediria novamente a palavra para fazer o meu protesto sobre este objecto.

Este acto, como eu já disse lá dentro, e repito aqui fora, deve ser secreto, e não pôde deixar de ser. É um acto preparatorio do processo criminal, e a lei diz, que os actos preparatorios do processo criminal são secretos, e para mais clareza diz tambem a lei, que estes exames sejam feitos na presença de duas testemunhas. Quer dizer, que, como estes actos não tem publicidade, é preciso que sejam autorisados por essas duas pessoas, que assignam o auto.

Portanto, sendo isto conforme á lei, este acto não foi convocado para essas excepções que apontam; porque é um acto differente, é a lei manda que elle seja secreto.

O sr. Presidente:—então limita-se o requerimento a que o acto seja secreto. (O sr. Visconde de Gouveia:—Isso só.) Que tendo principiado esta sessão com publicidade, termine com um acto particular, quer dizer, que tudo aquillo, que tem feito com publicidade, segundo a opinião do digno par relator, fique sem effeito...

O sr. Visconde de Gouveia:—se v. ex.ª dá licença, eu desde que entrei n'esta casa entendi que este acto era secreto, e se mandavam fechar as galerias. Mas logo que vi o contrario, insisti por isso, como relator da commissão, e por tanto não sancionei nenhum d'estes actos com a minha annuência, porque pedi logo a v. ex.ª que este acto fosse secreto, e como ainda se não verificou nenhum acto, para que foi esta convocação, não temos que os annullar; e não tem havido até agora senão conversações ou discussões previas, que, para fallar com a franqueza que me caracteriza, não acho curias.

Portanto insisto com v. ex.ª, por parte d'esta commissão, que mande tornar o acto secreto, e proceda a elle em continencia sem mais delongas.

O sr. Presidente:—pergunto ao sr. conselheiro Ferrão se tem mais alguma cousa a allegar a este respeito?

O sr. Ferrão:—nada.

O sr. Presidente:—então retirem-se as pessoas estranhas ao tribunal, e fechem-se as portas das galerias.

Em conformidade com esta ordem deu-se por finda a audiencia publica.—*Erant tres horas e um quarto.*

Errata á sessão d'esta camara publicada no Diario de Lisboa de 4 do corrente n.º 427

A sessão publicada n'este numero é a respectiva ao dia 25 de maio, e não 21 do mesmo mez, como n'esta folha se estampou.

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 4 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Á meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 81 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração: Do sr. Plácido de Abreu, de que não compareceu á sessão diurna de 2 do corrente por motivo justificado.—Inteiramente.

### EXPEDIENTE

1.º Uma representação da camara municipal e varios cidadãos do concelho de Villa Flor, pedindo que a estrada das Cabanas a Bragança siga por Villa Flor e não pela Vilaria.—Ao governo.

2.º Da mesma camara e mais cidadãos do mesmo concelho, pedindo a criação de uma comarca judicial com a sede em Villa Flor.—A commissão de estatística.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeremos se peça ao governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, que remetta a esta camara, com urgencia, os seguintes documentos,

I Portaria circular do governo, mandando pôr em vigor nas provincias ultramarinas a carta de lei de 6 de julho de 1855, que determina que os presidentes das camaras municipaes sejam eleitos pelas respectivas camaras de entre os vereadores.

II Officio do governador geral da provincia de Cabo Verde, respondendo á referida circular.

III Relatório do membro do conselho do governo da mesma provincia, José Maria de Sousa Monteiro, opinando para que os administradores dos concelhos não sejam presidentes das camaras municipaes.—Antonio Maria Barreiros Arrobas—João de Sousa Machado—Bernardo Francisco de Abreu—Ches.

2.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara com urgencia:

I Qual o orçamento que se fez para a casa e capella da Penha de França?

II Qual é a despeza já feita?

III Qual é o seu estado de adiantamento, e que despeza mais é necessario para seu complemento?

IV Se pertence ao estado, á mitra ou a particular o terreno sobre o qual se faz a actual construcção.—Affonseca.

3.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara um mappa do pessoal actualmente empregado na chamada repartição das obras publicas, no districto do Funchal, com designação dos seus vencimentos.—Affonseca.

4.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara o orçamento da estrada chamada da Ribeira Brava; a data do começo dos trabalhos; quantos kilometros se acham já construídos; e a despeza feita até hoje com a parte construída.—Affonseca.

5.º Requeiro, pelo ministerio da justiça, a proposta do presidente da relação do Porto, acerca do concurso que ultimamente teve logar perante aquelle tribunal, para o logar de escrivão do juiz de direito de Tondella, e bem assim todos os documentos que acompanharam os requerimentos dos concorrentes.—Ferreira de Miranda.

6.º Requeiro que se inste mais uma vez com o governo, que, pelo ministerio dos estrangeiros, remetta a esta camara, com urgencia, os documentos que lhe têm sido pedidos d'esta camara, sobre o tratado entre Portugal e a Hollanda acerca de Soller e Timor.—O deputado por Cabo Verde, Antonio Maria Barreiros Arrobas.

São remetidos ao governo.

O sr. Barão das Lagoas:—apresenta uma representação da camara municipal de Penafiel, na qual se pedem modificacões á lei dos foraes.

Diz que em varias occasiões tinha fallado sobre o objecto d'esta reclamação, em que os seus patricios estavam cheios de razão, porque eram opprimidos e vexados pela má interpretação que os tribunales estão dando á lei de 22 de junho de 1846.

Que os poderes publicos não podiam ser indifferentes á desgraça de tantas familias, que eram obrigadas a vender os seus bens e propriedades hypothecadas a pensões gravosas, e altamente injustas. Pedia que a representação fosse enviada á commissão de foraes.

O sr. Faustino da Gama:—manda para a mesa uma representação de mais oitenta e seis cidadãos reconhecidos do concelho de Leiria, que adherem á representação d'aquella cidade e concelho contra as medidas financeiras apresentadas pelo sr. ministro da fazenda, e que teve a honra de apresentar n'esta camara em 7 de maio passado; n'ella vem inscriptos alguns dos maiores proprietarios d'aquelle concelho.

O sr. Freitas Branco:—pedira a palavra para chamar a attenção da illustre commissão de administração publica para um projecto de lei, que elle, orador, apresentou n'esta camara, e tem por fim prorrogar por mais tres annos o beneficio de 100\$000 réis mensaes, que por lei, cuja execução findou, fora concedido ao asylo de mendicidade do Funchal, que instantemente reclama este auxilio, sob grave risco de perecer á mingoa de recursos.

Que esta questão não era propriamente de campanario, como hoje se diz; pois a sede do estabelecimento do asylo de mendicidade de que trata, é no Funchal, e elle, orador, teve a honra de ser eleito não por aquelle, mas pelo circulo de Santa Cruz; mas como aquella casa de beneficencia aproveitava para todo o districto, e tambem por consequencia ao circulo especialmente representado por elle deputado, porque este era um assumpto importante que a administração publica não deve descuidar, e porque no fim é uma questão de humanidade, tinha em muita conta, esperava que a respectiva commissão a considerasse devidamente; e pedia que algum dos cavalheiros da mesma commissão, que estivesse na sala, houvesse de dar-lhe alguma noticia agradavel quanto á sorte do mesmo seu projecto de lei; e que finalmente contava com que o parecer da illustre commissão não se faria esperar muito tempo.

Diz mais que sentia não ver presente o sr. ministro das obras publicas, porque necessitava de chamar a attenção de s. ex.ª para alguns negocios de muita importancia para o districto do Funchal. Que em duas sessões da semana passada se tinha fallado em obras publicas da Madeira, e até por uma forma que julga menos conveniente, por parte do seu collega o sr. Affonseca, com relação ao seu outro collega o sr. Gonçalves de Freitas. Que essa mesma conveniencia nascera por certo de não ter sido bem ouvido pelo primeiro d'aquelles cavalheiros o que dissera o segundo. Que o sr. Gonçalves de Freitas assegurára que as informações em que o sr. Affonseca assentára as suas reflexões, em uma das anteriores sessões, não eram exactas: não alheou de falsidades as palavras do sr. Affonseca, mas não assentou á argumentação, porque não acreditava nas bases, que sem duvida não tinham sido adquiridas pelo exame das cousas nas localidades.

Que elle, orador, achava menos conveniente a forma da resposta, dada na ausencia do sr. Gonçalves de Freitas; e que pedira logo a palavra para se constituir defensor do mesmo asente; por isso que tem por muito útil para os interesses do districto do Funchal, representado pelos quatro deputados que tiveram a honra da respectiva eleição, que

haja accordo entre elles quanto ás cousas da ilha da Madeira; e que não podia attribuir o jogo espiroso feito com as palavras Ponta do Sol, com que é denominado o circulo eleitoral representado pelo sr. Gonçalves de Freitas, senão á menos placidez de espirito do seu illustre collega, o sr. Affonseca, por ter mal ouvido, ou ter sido mal informado, quanto ao que pelo outro sr. deputado fora avançado; suppondo talvez que se haviam fulminado as suas palavras, quando sómente não tinham sido aceitas as informações alheias (não alludidas com o fim de enganar), que o sr. Affonseca mencionára em seu discurso n'uma das passadas sessões.

Que elle, orador, tambem não aceitava as mesmas bases de argumentação; primeiro porque tinha confiança na competência e na probidade do actual director das obras publicas no districto do Funchal; e em segundo logar, porque discordava da apreciação que fora feita da importante estrada da Ribeira Brava a S. Vicente; o que lhe chamava assim para contrapor esse a outro epitheto que lhe fora dado, com menos propriedade.

Acrescenta que o recio de que estas reflexões podessem influir no animo do nobre ministro das obras publicas, o faziam desejar que s. ex.ª estivesse presente, para empenhar os seus esforços no sentido de que s. ex.ª não interrompesse as obras começadas; e para pedir-lhe que procurasse informações officiaes a respeito da estrada da Ribeira Brava a S. Vicente; pois estava certo de que por ellas se conheceria que a obra é de importancia economica; e que as allusões ás muralhas dispendiosas, feitas para defender as propriedades de certo cavalheiro, proprietario, e influente na localidade, são mal cabidas, por falta de fundamento. Que sem duvida, o illustre deputado não estivera ultimamente na localidade; e de ali vinha o estar mal informado; pois se tivesse estado lá, veria que as muralhas feitas, e que não foram feitas para defender as propriedades particulares do cavalheiro alludido, foram construídas ou para defender a estrada dos insultos das aguas torrencias da ribeira, que corre n'aquellas paragens, ou para sobre ellas estabelecer a estrada; porque em muitos logares as muralhas é que são a estrada.

Que queria feitas outras obras, mas sem prejuizo das que estão começadas ou projectadas; reservando-se para occasião opportuna o tratar especialmente d'este objecto; porque tem o maior interesse em que o credito para obras publicas da Madeira seja bem applicado.

Quer que o lazareto se fizesse; e bem o tem demonstrado, occupando-se d'esse objecto na camara, tratando com os srs. ministros a esse respeito; e não pôde deixar de sentir que ainda não tenham sido remetidos os documentos officiaes respectivos a este negocio, que ha bastante tempo foram, a requerimento seu, pedidos ao governo. Mas o que não deseja é que outras novas obras vão fracionar ainda mais o credito dado para obras publicas; porque esse será o peor emprego que se lhe poderá dar.

Que hoje ha a executar as muito importantes pontes sobre a ribeira do Porto Novo, e sobre a que corre entre Santa Anna e S. Jorge; o lazareto no Funchal; e outras principiaes ou orçadas: que muitas outras ha a fazer, mas que o devem ser por sua ordem, sem prejudicar as que estão já em andamento e approvadas.

Conclue dizendo que esperava a occasião de estar presente o sr. ministro das obras publicas, para fazer algumas ponderações sobre estes assumptos que lhe respeitam especialmente; para o fim de convidar o nobre ministro a proseguir as obras de que tem tratado, e successivamente outras de grande importancia; mas sem prejuizo d'aquellas, como mais desenvolvimento haverá de ponderar, quando o mesmo sr. ministro estiver presente.

O sr. Mello Gouveia:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da Figueira da Foz, pedindo que a estrada projectada entre esta villa e Coimbra, passando por Maiorca, por Montemor, e outras povoações ao norte dos campos de Coimbra, seja comprehendida no contrato Langlois, que está em ordem do dia.

Que já por outras vezes e por diferentes modos alguns srs. deputados, representantes dos circulos eleitoraes mais immediatamente interessados n'esta obra, mostraram ao governo e á camara a importancia e a necessidade d'ella; e nem a sua voz pôde acrescentar cousa alguma ao colorido da phrase e á energia da palavra, com que os illustres deputados que o precederam a recomendar este negocio, fizeram aqui valer a razão dos povos, nem lhe parece que seja uma novidade para a camara, que mereça discutir-se, como a Figueira da Foz, que é o centro commercial de importação e exportação das duas Beiras, carece de uma communicação facil, prompta e segura, que a ligue com Coimbra, e portanto com a estrada real de Lisboa ao Porto, aonde vão entroncar as principaes linhas de viação das duas provincias, que recebem por aquelle porto quasi todos os artigos do seu consumo pessoal e das industrias, e fazem tambem sair por elle os productos da sua criação, que precisam ou podem vender fora. Tanto mais que esta communicação não pôde ser supprida, em todas as condições de utilidade publica, pela navegação do Mondego que as enchentes no inverno, e as securas no estio, interrompem frequenter vezes, e suspendem em grande parte do anno, como a camara representante pondera.

Continua observando que já foi dito n'esta casa pelo illustre deputado pelo 1.º circulo da Figueira, e é agora repetido pela camara municipal na sua representação, que a estrada de que se trata deve ser considerada como o complemento das melhoramentos a que se propõem as obras da barra da Figueira, que já têm custado ao thesouro sacrificios de consideração, coroados felizmente de successo li-songeiro, que é justo reconhecer e confessar em elogio do distincto official que dirige aquellas obras; e seria portanto um descuido injustificavel preterir ou esquecer a construcção da estrada reclamada, amullando-se assim ou pelo menos attenuando-se consideravelmente os beneficios que se devem auferir do melhoramento da barra.

Sabe que o governo não ha de merecer esta censura, porque não ignora que as instancias dos povos foram immediatamente seguidas das ordens do ministerio das obras publicas para se estudar a conveniente directriz; mas desejaria que os estudos se apressassem quanto fosse possivel, e que o governo contemplasse aquella estrada no orçamento que está para se votar, a fim de se habilitar a mandar começar sem demora sua construcção, no caso d'ella não poder ser comprehendida no contrato Langlois, ou porque este contrato não tenha de ser approved, ou porque se entenda que não pôde ser agora alterada a respectiva tabella.

Acrescenta que fará em todas as hypotheses as diligencias que estiverem ao seu alcance, perante a camara e perante o governo, para alcançar satisfacção aos desejos dos seus constituintes, e conclue pedindo que a representação se conserve na mesa em quanto o contrato Langlois estiver affecto á camara, para ser remetida ao governo, se não poder ser attendida por algum additamento ao referido contrato.

O sr. Barão das Lagoas:—por parte da commissão de administração publica, declara que o projecto a que se referiu o sr. Freitas Branco, por seu tendente a augmentar a despeza publica, foi por esse motivo remetido á commissão de fazenda.

O sr. Luiz Albano:—envia para a mesa a seguinte declaração.

«Declaro por parte da commissão de instrucção publica, que esta nomeou para seu delegado na commissão do orçamento ao sr. José Maria de Abreu.

O sr. Diogo de Sá:—manda para a mesa a seguinte declaração:

«Declaro que por parte da commissão de saúde publica, foi nomeado o sr. Luiz Albano para assistir na commissão de fazenda, á discussão do orçamento.—Diogo de Sá.

O sr. Costa e Silva:—lê-se em o n.º 453 do *Tri-buna Popular*, a copia de uma carta que lhe foi dirigida por um amigo seu, remetendo-lhe uma representação assignada por grande numero de cidadãos, seus constituintes, e por outros do circulo de Ceia, da qual não fez o uso que se lhe pedia; deve por tanto dar algumas explicações acerca d'esta sua commissão, a qual sem ellas poderá ser interpretada com desfavor, e considera proprio este logar para tratar-se do modo porque, na sua curta intelligencia, comprehende o desempenho do seu mandato.

É verdade que em tempo em que faltou ás sessões d'esta camara por motivo de molestia que justificou, e sem previo aviso recebeu a alludida representação. Nos proprios momentos suppoz que era dirigida ao parlamento contra as medidas financeiras, porém sendo-lhe lida a carta e representação, concluiu logo que era dirigida a El-Rei, pedindo-lhe a demissão do actual ministerio, e resolveu em continencia devolve-la com as suas reflexões, tiradas da natureza do diploma que lhe abriu as portas d'esta casa, o qual sómente o auctorisa e obriga a propugnar pelo bem geral, reunido com os seus collegas em cortes. A demissão de um ministerio qualquer que possa julgar-se obnoxio ao paiz, pôde ser objecto de uma mensagem á coroa, mas não de um acto isolado de qualquer membro do poder legislativo, por falta de caracter official que só pôde provir-lhe da delegação da camara respectiva, e não sabe fazer obra em autos nulos, tanto assim que até hoje ainda não concorreu a reunião alguma extra-parlamentar politica da maioria ou da minoria.

Foi este o unico motivo d'aquelle seu procedimento, o qual de forma alguma deverá attribuir-se a falta de consideração para com aquelles signatarios, em grande parte cavalheiros e individuos que lhe são caros por vinculos de sangue, e de antiga e cordal amizade, quando mesmo não tivesse bem presentes os obsequios com que recentemente o confundiram por occasião da sua eleição, de que faz o mais distincto aprego pela espontaneidade que a produziu. Tão pouco deverá attribuir-se a falta de coragem, pois quem o conhece sabe que n'esta idade não será facil perder o habito que contrahiu de proferir despatches desagradaveis a pessoas para elle da maior respeitabilidade e affeição, quando lhe parece que o direito lhes não assiste; e em quanto respeito muito todos os cavalheiros do actual gabinete, e venera de ha muito o seu nobre presidente, sempre que n'esta casa estiver collocado entre elles e o paiz sente-se com forças para se decidir por este. Disto já deu aqui provas, e ha de continuar a da-las, principalmente quando se tratar de contratos no seu entender ruinosos, e de augmento de despezas sob qualquer pretexto; porque, apesar de que acompanha os entusiastas do fomento em suas grandiosas aspirações, o seu enthusiasmo desfallece na presença das idéas associadas dos empréstimos, das anticipações e dos impostos.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Villa Nova de Famalicão, pedindo que seja incluída na tabella do contrato Langlois a estrada de Villa Nova de Famalicão á Povoa de Varzim, pela grande importancia que esta estrada tem com as provincias do Minho e Trás os Montes.

O sr. Castro Ferreira:—manda para a mesa o requerimento de um official de artilheria.

### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO DE LEI N.º 45

O sr. Affonseca:—nenhum governo se podia apresentar perante o povo a pedir contribuições ou augmento d'ellas, senão armado por dois modos.

1.º Que tinha feito todas quantas economias comporta a existencia de um governo e de uma nação.

2.º Que tinha aberto todas as fontes de receita de que o paiz é susceptivel.

Empregadas estas duas fortes armas, e que honram sobremaneira a administração que d'ellas usa, então diriam-se ao povo, e digam-lhe: «tenho tanto, falta-me tanto, e votae-m'o.» O governo que assim se conduz pôde contar com o voto da nação, com o apoio dos seus representantes.

Ora, se os cavalheiros que se sentam n'aquellas cadeiras, se os srs. ministros oram d'este modo, apella para elles, elles que o digam; sejam por excepção juizes em causa propria.

Vendo os jornaes, não era então membro d'esta casa, tinha visto a opposição energica e vigorosa que tinham feito á administração transacta os cavalheiros que eram então opposição, e hoje ministros.

A arma sempre empregada por elles contra os seus adversarios, era o não terem a coragem de trazer á camara a reforma aduaneira; bradavam-lhe que essa reforma era a salvação do paiz; que o contrabando devorava as rendas das alfandegas, que saíssem do gelado torpor em que viviam, que se lançassem no caminho da reforma das pautas, que seriam eternos n'aquellas cadeiras.

Confessa que lhe faziam impressão estes argumentos, e dizia consigo mesmo: «um dia forem ministros, e eu tiver uma cadeira no parlamento, o meu apoio fraco e debil como é, ha de ser seu.»

Por uma d'estas subitas metamorphoses



pelo melhor preço que poder obter. A sua factura leva o preço já indicado de 200.000 réis. Chega este vinho a Londres e vende-se por 300.000 réis livres para o vendedor.

O correspondente sabe ali que ha em Lisboa falta de carvão de pedra, vae a Bristol compra uma carga de carvão, e remette-a para Lisboa, o carvão encontra bom mercado, e vende-se por 400.000 réis, livres para o vendedor.

Toda a gente dirá que aquelle individuo ganhou na negociação 200.000 réis. Pois não é assim.

O registro da alfandega marcou uma exportação de 200.000 réis, e uma importação de 400.000 réis; por consequencia de accordo com a theoria de que a nação perde sempre que as importações são superiores ás exportações, já se vê que o pobre especulador veiu a perder 200.000. É claro que se um homem apromptar todos os dias remessas para o estrangeiro, as fizer registrar na alfandega com o seu valor designado, e depois as lançar ao Tejo, este homem com o andar do tempo accumula uma grande fortuna, pois que o registro das alfandegas ha de declarar que elle tem exportado muito, e importado nada. Nós diremos que o homem está arruinado; mas os documentos officiaes fallam mais alto do que nós.

Ora, na realidade um tal principio deve estar collocado a par do outro, não menos absurdo e grosseiro, denominado protector. São tudo panno da mesma peça.

E que diremos nós da lei iniqua que o força a dispor do fructo do seu trabalho no mercado que lhe é mais desvantajoso?

Um individuo tem uma exploração agricola, uma quinta se quizerem, precisa de pannos grossos para defender os seus creados e empregados contra os rigores do inverno. Vae ver um inglez que tem este artigo, combina com elle e obtém o panno a 600 réis o covado, recebendo-lhe o inglez a importância em laranja, vinho e cortiça. Quando está prestes a realisar o seu negocio diz-lhe a lei da sua terra «faça alto, não pôde comprar o seu panno senão na fabrica de Portalegre. E mais caro, mas o dinheiro fica no paiz.» Vae o pobre homem á fabrica que lhe marca a lei, e paga 1.8200 réis pelo panno, e em numerario, porque laranja, vinho e cortiça, temos nós em abundancia, dizem os taes fabricantes. (O sr. Gaspar Pereira—pede a palavra.) Deste modo o pobre homem perdeu no preço do panno, e no retorno que dava.

Legislação mais espoliadora, e mais absurda não é facil encontrar-se. O que admira é que taes principios vigorem ainda em outra parte que não seja algum asylo para lunaticos.

Os defensores das leis restrictivas quasi tem pejo de as defender, e então desculpam-se com o desfalque que produziria nas rendas das alfandegas a diminuição do direito. É a cabeça de Medusa que com olhos vesgos os fitam constantemente.

A estatística de todos os paizes que se lançaram neste caminho de nada lhes aproveitou, assim como de nada lhes aproveitou a prova-se-lhe que a alfandega de Vianna, tendo despatchado para consumo no anno de 1859, vinte e sete arrobas de assucar, foi o contrabando que forneceu o que falta para satisfazer essa necessidade.

Se girarem uma certidão da alfandega de Lisboa, certificando que no mesmo espaço de tempo despachou dez ou doze peças de lenços de seda, e o contrabando forneceu as dez ou doze mil peças que estão por essas lojas, também esta estatística de nada lhes aproveitou. Se lhes disserem que o contrabando talvez desvie dos cofres publicos o melhor de 5 ou 6.000.000.000 réis em um anno, riem-se, e continuam a ser defraudados, construindo muralhas de circumvalação, e creando numerosos exercitos de fiscaes e guarda barreiras.

Selhes disserem que um inglez podia ter tido boas laranjas como nós, construindo dispendiosas estufas, mas que cada laranja lhe custava meia libra; que o inglez contudo não é desmiolado, não quer as taes estufas, e que vem comprar-nos a nós a laranja por 10 réis, reservando o resto do dinheiro para comprar outras necessidades ou outros confortos. Se se lhes disser que este inglez protege tanto o trabalho nacional bebendo uma garrafa de vinho do Porto como uma garrafa de cerveja, chamam-nos visionarios, riem-se e continuam a conservar uma legislação estulta, absurda e disparatada, reduzindo á classe de mendigos uma nação que tem as proporções para ser prospera e rica.

A divisão do trabalho é a base sobre que assenta a harmonia economica das nações civilisadas e em verdadeira progresso.

O sapateiro não faz a sua casaca, nem o alfaiate os seus sapatos.

O direito ao trabalho é uma propriedade tão sagrada como outra qualquer, e é não menos sagrado o direito de dispor d'esse trabalho no mercado que mais conveniente for. Tudo o que isto não é, passa a ser absurdo, lança as industrias em um caminho falso e enganador, fomenta a discordia entre os homens, excita o espirito de expolição, produz a desgraça e a miseria, e faz eventualmente correr rios de sangue.

Conclue dizendo, que pelas rasões adduzidas não lhe é possível votar a proposta em discussão, que só o faria se o governo viesse á camara apresentar rasadamente uma lei diminuindo os absurdos e exagerados direitos da pauta.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—nós estamos acostumados a ouvir o entusiasmo com o que o illustre deputado falla n'estas questões, e não admira, em vista das profundas crenças que tem nas doutrinas que apresenta; mas entusiasmo que se não deram, e a levar doutrinas, allás fundadas em bons principios e verdadeiras, á exaggeração, aonde nenhum economista as levou ainda (apoiados). Os factos transformam-se-lhe por tal forma no ardor da sua phantasia, que o faz imaginar que ouviu discursos que nunca se proferiram, e uma opposição desabrida que nunca se fez com relação á reforma da pauta.

Nunca fez opposição desabrida ao ministerio passado porque não reformou a pauta, mas nem mesmo fez opposição manea a esse respeito (O sr. *Avila*—apoiado).

Entende que n'este assumpto, embora o caminho esteja patente, e as doutrinas sejam verdadeiras, quando tem de se traduzir na pratica, todos os governos tem de ficar muito aquém d'essas largas transformações que ao illustre deputado se figuram facéis e como uma solução immediata de todos os problemas economicos (apoiados).

O sr. deputado repetiu, por exemplo, a historia da balança do commercio (O sr. *Afonseca*—verdadeira). Tão verdadeira, como vem n'aquelle pequeno livrinho de Bastiat; é um livro muito estimado, porque põe clara e ao alcance de todas as intelligencias, com exemplos quasi caseiros, estas questões economicas, e salvo o exemplo da pipa de vinho do Porto, tudo quanto o illustre deputado disse se encontra em Bastiat (O sr. *Afonseca*—ao menos tenho memoria). Não ha duvida, mas o unico inconveniente que tem, é que ninguém tinha vindo aqui sustentar a balança do commercio, para o illustre deputado se levantar com tanto entusiasmo contra os defensores d'essa balança do commercio; nada do que s. ex.ª disse vinha agora para a questão.

Mas o que nenhum economista avançou ainda foi, como disse o illustre deputado, que todas as vezes que os direitos se reduzem, os rendimentos prove-

nientes do maior consumo do genero que pagava esses direitos ha de augmentar o dobro. Pois pôde alguém dizer, que reduzindo-se a metade os direitos da carne e do vinho, esse imposto ha de produzir o dobro? Por este modo parece que se se reduzir o imposto a um terço, a um quarto, ou a um sexto, o producto do imposto deve augmentar na mesma proporção! A diminuição do direito tende a diminuir o preço e a augmentar o consumo; mas nunca ninguém disse que augmentava na proporção directa e immediata da redução ou diminuição do preço. O consumo tem limites na proporção dos consumidores (apoiados).

Existe effectivamente contrabando, mas é necessario não exagerar os factos para tirar d'elles induções falsas. Não se ignora que nas provincias do norte se faz contrabando de assucar, mas apresentar como remedio para este mal a simples redução de direitos, e asseverar que d'essa redução provem augmento de receita, é não querer avaliar devidamente a questão. O assucar que entra por contrabando nas provincias do norte vem das Philipinas e de Havana, possessões hespanholas que, em consequencia da protecção que a Hespanha dá ás suas colonias, paga ali apenas um diminuto direito fiscal. Se tratassemos de diminuir os direitos d'este genero ao que elle paga em Hespanha, o consumo pôde augmentar; mas pôde o illustre deputado ou alguém asseverar que augmenta a receita proveniente d'este imposto? Se se reduzir o direito do assucar ao que hoje paga o assucar na Hespanha proveniente das colonias hespanholas, pôde o illustre deputado ou alguém provar que podemos contar com a receita de 800.000.000 de réis que hoje rende ainda este imposto? De certo que não.

Fallou-se nos direitos do bacalhau, e alludiu-se a uma consulta da commissão das pautas a respeito d'este genero. As rasões que se encontram n'essa consulta foram achadas boas e adoptadas pelo sr. Avila, quando ministro da fazenda; s. ex.ª apresentou uma proposta para a alteração e redução de direitos, e apresentou rasões para provar que não se podiam alterar os direitos d'esse genero.

Disse-se que temos um remedio efficaz para as finanzas do estado, que desde o momento em que se reduzirem os direitos das pautas, essa redução deve produzir um augmento de receita de réis 5.000.000.000. Isto pôde chamar-se uma estatística fundada na phantasia...

O sr. *Afonseca*—é uma estatística poetica.

O *Orador*—sem duvida, e é o seu autor que a caracteriza assim, mas não é com poesia que estes assumptos se resolvem.

Todos os paizes, antes de entrarem n'estas largas reformas economicas, se têm premunido de outros meios, que não são os empréstimos, porque os empréstimos não se hão de levantar para occorrer a desfalques de receita que se podem dar não só em um anno, mas por muito tempo, quando se fazem largas e importantes reformas, e está convencido de que se se fizesse hoje uma larga redução nos direitos do assucar, e mesmo nos do bacalhau, havia de provir d'ahi uma consideravel diminuição de receita; não querendo contudo dizer que em certas e determinadas circumstancias se não deva fazer essa redução.

Ninguém ignora que por parte da Inglaterra o governo portuguez tem sido incitado a fazer redução nos direitos do bacalhau; se o governo d'aquelle paiz estivesse resolvido a alterar o imposto da importação do vinho, julga essa medida de tanta importancia para o paiz, que entende que o governo portuguez não devia deixar de fazer uma redução também importante nos direitos do bacalhau, quando estivesse também persuadido de que d'essa redução não provinha augmento algum de receita publica.

Na importante reforma aduaneira feita por Peel em 1842, aquelle distincto economista recorreu ao *income-tax*. Um illustre deputado disse que em todos os paizes quando se trata de augmentar os impostos á industria, se diminuem os direitos das alfandegas. O *income-tax* é um imposto sobre a renda de toda a especie, sobre a renda da propriedade, sobre a industria, sobre os capitais de toda a ordem, sobre juros de fundos publicos, sobre vencimentos de empregados, etc., e esse imposto não tinha sido adoptado em Inglaterra em 1842; tinha sido estabelecido antes por necessidades financeiras temporariamente, e foi depois estabelecido como meio de occorrer ao desfalque da reforma de 1842, e ultimamente foi ainda aggravado para occorrer ao desfalque que pôde resultar da reforma ultima adoptada.

Existe o *income-tax* na Inglaterra comprehendendo os lucros industriaes e do commercio. Existe o imposto industrial em França, em todos os paizes da Alemanha, na Hespanha, em toda a parte, e existe coincidindo com todas as idéas economicas, com as idéas mais protectoras, e com as idéas mais livres. Que é difficil estabelecer este imposto, é uma verdade. Que a doutrina economica ainda não disse a sua ultima palavra em relação a este objecto, é também uma verdade. É um dos problemas mais difficéis achar a base mais justa em que possa assentar o imposto industrial; entretanto, essas difficuldades não têm sido em parte alguma, nem devem ser, obstaculo para que se procure estabelecer o imposto da maneira que pareça mais razoavel e equitativa.

Não tem necessidade de se demorar sustentando o projecto na generalidade, porque o conjunto das suas disposições não tem soffrido grave impugnação. Levantaram-se algumas duvidas, por exemplo, sobre a profundeidade dos gremios que se facilitam aos contribuintes para fazer entre si a divisão do imposto. Só depois de feita a experiencia é que se poderá ver quem tem razão, e se em quanto elle não faz é lícito proceder por induções, parece-lhe que o nosso paiz é mais proprio que nenhum outro para o estabelecimento d'este sistema. Temos muitos exemplos de que o espirito de associação existe nas classes industriaes, e existe sem inconveniente para a ordem publica. Se as classes operarias não bastasse civilisadas para que sem perigo se lhes possa facilitar o mais livre direito de associação, se ellas, associando-se, podem assentar sobre objectos de seu interesse, também facilmente poderão encarregar-se da distribuição do imposto, fazendo uma divisão que possa ser mais justa, porque ninguém melhor pôde conhecer os lucros individuais de cada um.

Não entende, porém, que este principio se possa estabelecer como obrigatorio. Em primeiro lugar porque lhe repugna toda a associação forçada; o principio de associação, para que prospere, deve ser livre e espontaneo. Em segundo lugar porque estes agrupamentos se podem ser facéis nas principaes cidades e grandes focos de população, podem ser mais difficéis nas povoações rurais, onde a povoação está dissimulada, e onde em vez de um favor poderá ser um encargo o obrigar os individuos a juntarem-se para fazer entre si a divisão do imposto. Entretanto algumas disposições existem na lei, tendentes a convidar os industriaes a que se agrupem para dividir o imposto; incentivos são estabelecidos para promover que as associações se formem.

Disse o sr. Gavicho, que lhe parecia que em geral havia exaggeração nas taxas estabelecidas no projecto, e fez a comparação das tabellas propostas com as francezas, mostrando que em grande parte dos casos as taxas propostas no projecto eram aproximadamente o dobro das francezas. Em primeiro lugar deve notar-se, que o argumento não colhe completamente, porque o systema estabelecido em

França é diverso. Em França alem da taxa fixa existe a quota proporcional, e a renda das casas e dos estabelecimentos somma-se com a taxa fixa para estabelecer o total da collecta. Alem d'isso o producto das taxas proporcional não é igual ao producto das taxas fixas, e por consequencia não equivaleria a essa outra metade a que devia equivaler para que se podesse considerar o imposto estabelecido no projecto, igual ao imposto estabelecido em França. Em segundo lugar não é exacto que as taxas propostas sejam o dobro das taxas francezas. São maiores nas primeiras classes, nas ultimas são aproximadas e designadamente a ultima é menor. O que isto mostra é que a tendencia que se procurou introduzir na lei, foi mais em favor das classes menos abastadas, das profissões que menos lucros podem auferir, d'aquellas que tiram lucro exclusivamente do seu trabalho, sem que a esse trabalho estejam accumulados capitales.

Ainda ha outra consideração que não se pôde deixar de ter em vista. Em França alem da contribuição industrial, ha a contribuição pessoal, e ha a contribuição de portas e janellas que é altamente censurada n'aquelle paiz. Entre nós também está proposta a decima pessoal, mas em França essa contribuição é muito mais dura porque vae a todas as classes, desde aos mais pobres e exceptua unicamente os indigentes.

Portanto não lhe parece que se possa dizer, que o imposto como se acha proposto, seja mais oneroso que aquelle que se acha estabelecido em França; e com isto não quer dizer que o projecto não possa ser alterado, o fim do governo é acertar e está disposto a aceitar todas as emendas que forem convenientes.

Antes de se sentar não pôde deixar de rectificar um facto a que alludiu o sr. Gomes de Castro, e á vista da maneira seria como o sr. deputado entra nos debates, foi com estranheza que lhe ouviu qualificar de uma maneira pouco favoravel a portaria que pelo ministerio da fazenda foi expedida acerca da contribuição predial, portaria em que não se tratava senão de fazer cumprir a lei como ella está estabelecida, como estava interpretada pelas instrucções de 1851 publicadas pelo sr. Avila, e cuja observancia o seu antecessor já tinha suscitado, principalmente quando o sr. deputado pela posição official que occupa era obrigado a sustentar perante um alto corpo do estado, os interesses publicos fundados na lei, que eram aquelles que se pretendia manter...

O sr. *Gomes de Castro*:—pedindo licença ao orador para o interromper, observa que o que disse foi, que a portaria era sincera, era a verdadeira expressão da lei, mas que entendia que n'aquella occasião talvez não tivesse sido politica.

O *Orador*:—seja como for, é sempre politico da parte do governo fazer o que as leis mandam, e essa a sua primeira obrigação. Ainda tem que rectificar um outro ponto. Não disse nunca que os conselhos de districto eram facciosos. Quando se diz que os conselhos de districto são corporações menos proprias para entender em materia de contribuições, é isto muito diverso de considera-los facciosos. Não haveria deputado, nem ministro tão imprudente, que viesse lançar uma censura de tal ordem indistinctamente sobre todas as corporações administrativas que funcionam no paiz; era um absurdo que ninguém podia proferir; o que se disse foi que estas corporações, pela sua organização e posição, seriam menos proprias para entender em materia de contribuições.

Disse o sr. deputado que fallou em ultimo lugar, que para o governo pedir um augmento de receita, era preciso provar que tinha gerido da maneira mais economica, e em segundo lugar, que tinha aberto todas as fontes de receita. A camara já sabe o que o illustre deputado entende por abrir fontes de receita; traduz-se na extincção das alfandegas, ou quasi extincção. Quanto á maneira economica por que o governo tem gerido, o governo por mais de uma vez tem dito que está prompto a discutir todas as economias razoaveis que se proponham, e está prompto a aceita-las; mas que mantem hoje a convicção que tinha, quando os seus membros faziam parte da opposição, de que com o producto de taes reduções não se organisava a fazenda publica; e tem esta convicção fundada na doutrina, e fundada nos factos. Em outra epocha fallou-se muito em economias. Homens de outra escola foram ao poder em nome das economias, mas as economias não foram feitas, a despeza publica augmentou, e o orçamento saiu da camara mais avultado. E seria porque aquelles que tanto tinham proclamado as economias não as quizeram fazer? Foi porque encontraram impossibilidade de as verificar sem prejuizo do serviço publico. Não se pôde exigir mais ao governo actual, que não inscreveu no seu programma a pomposa promessa das economias, de que se exigiu aquelles cavalheiros que mais obrigados estavam a realisa-las; contudo o governo está prompto a discutir, e aceitar todas as reduções que se julguem razoaveis; mas, repete, a crença que uma e muitas vezes tem manifestado, que não acredita que taes reduções possam trazer a organização das nossas finanzas; e se por um lado se tiver de reduzir a despeza, essa redução ha de por outro lado ser absorvida pelo melhoramento de que o serviço carece em todos os seus ramos (apoiados).

O sr. *Carlos Bento*:—antes de entrar na materia, manda para a mesa uma representação de duzentos e tantos habitantes do concelho de Torres Novas, contra as medidas financeiras do governo, representação a que não tem podido dar destino ha uns poucos de dias, por não lhe haver chegado a palavra antes da ordem do dia.

Agora, com relação á materia, diz que é o primeiro a reconhecer que o nosso systema de contribuição industrial carece de reformas, mas nem por isso se julga desobrigado de examinar a proposta, que se apresentou á apreciação do parlamento para occorrer ás difficuldades existentes, e que hoje se discute.

Em primeiro lugar esta medida não é solta, e faz parte de um systema apresentado pelo illustre ministro da fazenda, systema que, na sua opinião, tem um grande defeito, qual é o não offerecer uma unica medida que intendesse como uma parte importante da receita publica, como os impostos indirectos, comprehendidos nas alfandegas.

O sr. ministro está no seu direito de censurar as administrações que o precederam, que fóra do poder apresentavam idéas pomposas de economias, as quaes não pozeram em pratica, quando o poder, e elle, orador, não julga necessario estar a cada passo a defender uma politica, que lhe parece muito defensavel; mas se s. ex.ª tem esse direito, também elle, orador, tem o direito de fallar no programma dos srs. ministros, porque os programas dos governos são as doutrinas que os membros d'elles sustentam quando opposição; e a verdade é que o governo actual subiu ao poder em nome dos principios dos concursos, e ahi estão os seus concursos em materia de obras publicas!

«Para haver economia, dizia um homem d'estado, é preciso haver boa politica.»

Chamando a attenção da camara para as palavras do relatorio da commissão, onde se diz: «As declarações dos contribuintes e as informações dos louvados, que a nossa legislação tem tomado até hoje como principal criterio d'esta especie de renda, são, como nos mostra a experiencia, um criterio inaceitavel; e se-lo-hão em quanto por uma desgraçada depravação do senso moral e da opinião publica a

defraudação dos direitos do estado for conservada como uma obra meritoria», declara que o que achamau na situação financeira e politica do governo é que o governo entenda necessario fazer escrever isto para defeza das suas medidas.

Reconhece, como já disse, a necessidade de se melhorar o systema da contribuição industrial, mas não está obrigado a aceitar todo o projecto que for mandado para a mesa n'este sentido, nem lhe parece que se tome por base n'esta parte o exemplo d'esta ou d'aquella nação, porque cada paiz tem a sua legislação especial e um systema; e não pôde comprehender como as idéas economicas de alguns membros do governo se modificaram tanto de ha quatro annos para cá, porque o projecto apresentado pelo actual sr. ministro do reino em 1856, apresenta outras disposições, e offerece bases diversas, fixando, por exemplo, a contribuição para as primeiras classes, em relação ás primeiras populações, em metade ou menos do que a que é estabelecida no projecto actual.

Entende que, ao passo que se querem augmentar os tributos, se devem diminuir os direitos das pautas; e não pôde deixar de se admirar de que os srs. ministros, que caracterisaram de ridicula uma reforma de pautas apresentada pelo sr. Avila, seu collega no ministerio, ainda até agora não tivessem uma proposta que apresentar a tal respeito. Parece-lhe que o sr. ministro da fazenda é tão exclusivamente fiscal que não admite que se toque sobre qualquer fonte de receita; mas na pauta ha artigos que, como estão, em lugar de produzirem, pouco ou nada produzem. Ha muitos artigos na pauta, e artigos de primeira necessidade que se não podem conservar com os direitos elevados que têm, e a redução d'esses direitos, longe de produzir desfalque para o thesouro, ha de trazer um grande augmento de receita.

Viu que alguns direitos foram diminuidos em 1854 os quaes trouxeram desfalque na receita; mas houve outros que trouxeram receita: a seda por exemplo, diminuíram-se-lhe os direitos e a receita augmentou.

O illustre ministro disse: «cuidam que se se diminuir o direito da carne, se como dobrada carne?» Mas o sr. ministro lança fóra do calculo um elemento. Pois todos comem carne? Muita gente não compra carne porque a não tem accessivel; porque ella se vende por um preço superior ás suas posses (apoiados). O café e o assucar não se sabe que n'uma nação onde os direitos d'estes generos foram diminuidos, o rendimento augmentou?

Ninguém disse que as economias são meio de fazer face ás despezas; ninguém disse que quando um ministro precisa de um credito deve fazer economias para satisfazer esse credito, e mesmo no orçamento ha economias; as deducções nos ordenados dos empregados publicos não são senão economias; ninguém diz que se façam economias e que estas substituam a acção do imposto, mas é bom que ellas se façam para quando se for pedir aos contribuintes maiores sacrificios, podes-se-lhes dizer que se lhes não pede senão o que é necessario para os melhoramentos.

Mas diz que se não podem fazer economias, e estar a discutir um projecto de imposto que ha de principiar a vigorar no principio do anno de 1861, ao mesmo tempo que não foi ainda presente o parecer sobre o orçamento que tem de começar no 1.º de julho d'este anno, bastava esta circumstancia para os deputados dizerem que não votavam os impostos.

Leu o orçamento, e a primeira cousa que lá não encontrou foi que se organisassem as despezas. Fizeram-se reformas nas repartições, augmentaram-se as despezas, e no orçamento não apparecem essas reformas. Dir-se-ha que não houve tempo. Então só houve tempo para a parte collectavel do orçamento!

Neste projecto encontra-se um imposto de 10 por cento sobre os vencimentos de empregados que tem emolumentos; e poder-se-ha votar este imposto quando está affecto á commissão de fazenda o orçamento, pelo qual se tiram 10 por cento nas deducções que soffrem os vencimentos dos servidores do estado? Deve-se votar isto quando está affecto á commissão de fazenda uma tal proposta? Não tem o governo tenção de levar á frente esta proposta? E se tem tenção, não entende que a votação d'este imposto pôde prejudicar um tal pensamento? Parece-lhe necessario que da parte do governo haja explicações a este respeito.

Concluindo entende que a base estabelecida para as tabellas do projecto não é razoavel: entende que ha industrias tributadas n'este projecto que estão duplicadamente tributadas, porque representam outras industrias que têm outro imposto; entende que é conveniente a reforma do que está, mas parece-lhe que a reforma é talvez peor do que a situação em que nos achamos.

O sr. *Ministro da guerra* (Visconde da Luz):—manda para a mesa tres propostas de lei em que se concedem pensões a favor dos filhos do general conde das Antas, da viuva do coronel barão das Lages, e da viuva de um sargento de veteranos.—A commissão de fazenda.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—requer que a materia se julgue discutida.

Assim se resolve; e posto a votos o projecto na generalidade, é approvado.

O sr. *Nogueira Soares*:—requer que se passe á especialidade.

É approvado.

O sr. *Mello Soares*:—pede que se discutam juntamente os artigos 1.º e 2.º

É também approvado.

O sr. *Presidente*:—observa que o sr. Gomes de Castro pediu a palavra para uma explicação; mas não lh'a podendo conceder, segundo as disposições do regimento, consulta a camara se quer que o sr. deputado use da palavra para o fim pedido.

A camara resolve affirmativamente.

O sr. *Gomes de Castro*:—agradece á camara a attenção que teve para com elle, permitindo-lhe que desse uma explicação.

Observa que o sr. ministro da fazenda lhe dirigira uma censura, fazendo uma allusão ao cargo que, elle orador, exerce, a qual não pôde de modo algum deixar de repellir por immerecida. Não veiu revelar á camara documento algum que, no desempenho das funções que exerce no conselho d'estado, lhe passasse pelas mãos, nem tão pouco envolveu nunca com o exercicio do seu cargo as suas idéas ou opiniões politicas; nunca se serviu do seu emprego para fazer politica (apoiados).

Quanto á portaria que s. ex.ª publicou em relação ás reclamações que tinha havido no Porto, por occasião do lançamento da decima, declarou que essa portaria estava conforme a lei; mas lhe parecia que publicar essa portaria, e manda-la executar na occasião em que se receavam alvoroços no Porto, era um acto pouco politico; foi isto o que disse.

Ainda diria, a favor dos conselhos de districto, que lhe têm passado pelas mãos provas de que estas corporações desempenham as funções a seu cargo com o maior zelo e justiça; e lastimou, como lastima ainda, que o sr. relator da commissão da fazenda, na occasião da discussão da contribuição predial, dissesse que os conselhos de districto estavam evitados de espirito faccioso, e que portanto attendiam mais aos interesses dos contribuintes, que eram os seus eleitores, do que aos do fisco.

Parece-lhe, finalmente, que nas observações que apresentou á camara, por occasião da discussão ge-

ral do projecto sobre a contribuição industrial, a camara lhe faria a justiça de manifestar que no seu procedimento não houve o menor motivo de censura (apoiados).

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—a camara ouviu as observações que fez, em relação ao que havia dito o illustre deputado, e cre que a camara julgará que não houve n'ellas a menor idéa de injuria (apoiados). Nem censurou nem criticou o procedimento do illustre deputado, em relação ao exercicio do cargo que tem fóra da camara, porque se o governo entendesse que o illustre deputado, no exercicio d'aquellas funções publicas, era digno de censura ou critica da parte do governo, o governo não viria nunca fazer essa censura e essa critica no parlamento; o governo sabe o que lhe cumpria fazer em taes casos; o governo confessa que o illustre deputado é zeloso no cumprimento das obrigações do cargo que exerce fóra da camara, e se tivesse a convicção contraria não a manifestava na camara. O que elle, orador, tem direito de fazer, e o que fez, foi, sem injuriar nem offender o illustre deputado, censurar as opiniões do illustre deputado, foi redarguir-lhe, e n'esta parte não tem nada que retirar.

Não fallou na revelação de documentos, porque não se tratava senão de uma portaria do governo que era publica, visto que foi publicada no *Diário do Governo*, portaria que s. ex.ª censurou; portanto não fallou na revelação de documentos, e por isso as observações do illustre deputado a este respeito não tem fundamento.

Quanto aos conselhos de districto não sabe se na discussão a que s. ex.ª se referiu se soltaram as expressões a que alludiu; mas ainda que se soltassem, isso seria devido ao calor da discussão, e não podia ser proferido com animo de injuriar estas corporações, nem de as desconhecitar (apoiados); mas o que o governo sustentou e sustenta ainda, de accordo com a commissão, é que estas corporações não são as mais proprias para entender sobre materia de impostos (apoiados).

A camara resolve que ao sr. Nogueira Soares se dê tambem a palavra para uma explicação.

O sr. *Nogueira Soares*:—não sabe se disse, quando se tratou da discussão da contribuição predial, que os conselhos de districto estavam evitados de espirito faccioso; se o disse escapou-lhe esta expressão no calor da discussão, e retira-a, porque todos sabem que não podia estar nas suas intenções dirigir ou fazer a menor offensa áquellas corporações (apoiados). Todos vêem a maneira por que trata sempre os seus collegas e todos os individuos, e não é capaz, com intenção, de offender algum (apoiados).

Agora o que continuará a sustentar é que os conselhos de districto, com a organização que tem, não são as corporações mais proprias para tratar de materia de contribuições; e o illustre deputado respondeu a si proprio a este respeito, quando disse, que tendo a portaria do sr. ministro da fazenda assentado em disposições expressas, que eram inteiramente conformes com a lei e com o direito, contudo o conselho de districto tinha decidido contra a portaria (apoiados). Cre que aos conselhos de districto e aos mais tribunaes do reino não compete avaliar as circumstancias politicas que se dão em taes ou taes casos ou occasiões; o que lhes compete e cumpre de direito é decidir na conformidade da lei (apoiados); mas, por exemplo, o conselho de districto a que o illustre deputado se referiu, não obstante a disposição da lei, attendeu aos pedidos dos seus constituintes contra a expressa determinação da lei e da portaria do governo.

Termina mandando para a mesa o parecer da commissão de fazenda, sobre a proposta do governo acerca da desamortisação dos bens dos conventos das religiosas e outros estabelecimentos pios.

A imprimir.

O sr. *Presidente*:—declara que a camara passa a constituir-se em sessão secreta por assim o exigir o bem do estado.

Eram tres horas e meia da tarde.

As quatro horas e vinte minutos continua a sessão publica.

O sr. *Presidente*:—dando para ordem do dia de amanhã a continuação da que vinha para hoje, começando pela especialidade dos artigos 1.º e 2.º do projecto de lei n.º 45, levanta a sessão.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 4 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Balduino, Brancamp, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Antonio Elentorio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, C. J. Nunes, Rebelo de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Monsinho de Albuquerque, Bivar, Diogo de Sá, Gavicho, F. A. Pinto Tavares, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Palma, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebelo Cabral, Castro Portugal, Sousa Machado, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Feijó, Chrispianino da Fonseca, Alarcão, J. M. de Abreu, J. Maria da Costa e Silva, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abaim, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Affonseca, Azevedo Pinto, Marianno de Sousa Feio, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida, Ferrer, visconde da Pindella, visconde de Portocarrero.

Projecto de lei sobre o credito predial, o qual entrou em discussão na sessão nocturna de 2 do corrente, e que por falta de espaço não foi publicado no respectivo extracto.

Senhores.—A commissão encarregada de examinar a proposta do codigo de credito predial, apresentada pelo sr. ministro da justiça, vem hoje, depois de reflectido estudo, submeter o seu parecer ao vosso esclarecido juizo.

A instituição de um bom systema hypothecario e com este a organização do credito predial são de uma importancia reconhecida pela consciencia publica e attestada pelos trabalhos e estudos que as nações mais adiantadas da Europa têm, sobretudo nos ultimos tempos, dedicado a este assumpto. Hoje que a propriedade individual, fim unico e unica recompensa do trabalho, é não só um facto geralmente reconhecido, mas um direito incontestavel e um dos principaes fundamentos das sociedades modernas; hoje que a propriedade individual se constituiu n'uma lei necessaria, por cuja acção o espirito humano marcha na estrada da civilização, não pôde duvidar-se da importancia dos meios necessarios para protege-la. E para dar á propriedade uma protecção forte e efficaz, para garantir-lhe não só a existencia, mas promover-lhe o desenvolvimento, para vigia-la e defende-la em todas as suas phases e transmissões, e converte-la em fim n'um principio inviolavel, não ha por certo instrumento mais poderoso do que o regimen hypothecario.

O regimen hypothecario tem por fim firmar o credito sobre a propriedade. A base fundamental e necessaria da sua organização é a publicidade, mas publicidade completa e absoluta, publicidade de to-



dos os direitos reaes, de todas as hypothecas e de todas as propriedades sobre que assentam. Com hypothecas, umas apparentes e outras ignoradas na sua origem e nos seus efeitos, com a propriedade occulta e incerta, como se acha no nosso paiz, não ha de nunca haver confiança possível para os capitães, e estes fugindo da duvida e da incerteza seguirão outros destinos, deixando a propriedade abandonada e estéril, deixando a agricultura, que é a nossa esperança, que pôde ser uma abundante fonte de riqueza publica, despresada e vencida por outras industrias de certo menos productivas. É tempo de conciliar os capitães com a propriedade, de aproximar um do outro estes dois elementos de produção que ali se acham divorciados. O medianeiro unico para esta conciliação só pôde ser um bom systema de legislação hypothecaria que estabeleça o credito e a confiança na propriedade.

A proposta do codigo predial satisfaz a este fim no entender da commissão. A publicidade da propriedade e de todos os direitos reaes, e a especialidade que d'ella resulta como corollario necessario, é a regra e o pensamento da proposta. Abandonando o systema do direito romano com as suas hypothecas tacitas e geraes, abandonando o systema mixto e vicioso do codigo civil francez, a proposta adoptou o systema allemão que tem servido de norma ás leis hypothecarias mais perfeitas que ultimamente se têm publicado nos paizes mais adiantados. No bem elaborado relatório que acompanha a proposta encontraremos uma apreciação exacta d'este systema, dos principios em que elle se funda e das vantagens que lhe dão uma preferéncia indisputavel. A commissão, adoptando os mesmos fundamentos, julga-se dispensada de os reproduzir.

No desenvolvimento que a proposta dá á sua idea fundamental conforma-se com esta o mais que pôde. Mas por melhor que seja um pensamento nem sempre é possível segui-lo em todas as suas consequências rigorosas; e para bem da mesma applicação cumpre mais de uma vez ceder o lugar a considerações de uma ordem sufficientemente elevada para não deverem desprezar-se.

Os privilegios de cuja doutrina a proposta se occupa em primeiro lugar são realmente uma contrariedade do systema hypothecario, sendo uma derogação das regras geraes que regulam os direitos dos credores; e não podendo ser todos submettidos a uma inteira publicação, não podem deixar de estar em opposição ao credito. Mas os privilegios não podiam deixar de ser conservados em razão do favor especial que merecem, já por considerações de estrita justiça, já por sentimentos de humanidade, e por interesse do estado, e pelo modo por que foram definidos e determinados, e no ponto a que foram restrictos pela proposta, parece á commissão que foi attenuado e acatellado, até onde podia ser, o dano que d'esta excepção necessaria pôde vir ao credito hypothecario.

Tratando da origem do objecto e da constituição das hypothecas, a proposta, seguindo até onde era possível o nosso direito patrio, estabeleceu disposições explicitas e claras que collocam esta materia n'um verdadeiro estado de luz. A questão mais difficil que teve a resolver foi a respeito das hypothecas necessarias, e tão difficil que em muitas legislações hypothecarias tem sido o principal escolho onde tem vindo quebrar-se o principio da publicidade e morrer o systema hypothecario. Os meiores e todos os que lhes são por direito equiparados, a mulher casada e a viúva não devem ser abandonadas á sua fraqueza e inexperiencia; é justo que se lhes dê uma protecção legal, mas o que não é justo é que a esta protecção se sacrifiquem os direitos dos credores, os interesses dos proprietarios e o bem da agricultura. A proposta attendendo convenientemente a uns e outros interesses, a uns e outros direitos, pôde pelo melhor modo salvar d'esta collisão o pensamento da lei, conservando as hypothecas necessarias, mas dando-lhes o caracter da publicidade e da especialidade, fazendo-as entrar assim na regra geral.

A fórmula ou mechanismo pelo qual a proposta realisa a publicidade é o registro. Por via d'este ficam não só patentes todos os encargos e acções reaes sobre a propriedade, mas também a natureza d'esta e as suas diferentes e successivas transmissões; e posto que não seja uma formalidade imposta obrigatoriamente, torna-se, pelo complexo dos preceitos que a protegem, uma condição necessaria que não deixará nunca de verificar-se. Mas o registro assim constituído não seria uma base segura da garantia hypothecaria; seria uma formalidade nulla que não corresponderia ao seu fim, se a proposta não confiasse a execução d'ella a empregados, cujo caracter e habilitações estivessem em harmonia com as funções importantissimas que têm a desempenhar. A instituição das conservatorias é tão necessaria para o credito predial, como é necessaria a magistratura para a administração da justiça e para a conservação da boa ordem na sociedade. As attribuições que são conferidas aos conservadores, já pela sua natureza especial, já pela grave responsabilidade que lhes é inherente, não podiam por forma alguma conciliar-se e accumular-se com as attribuições de outros funcionarios ou repartições existentes, quer administrativas quer judicias. E se bem que a commissão entendesse que qualquer despesa do estado votada para este fim era das mais justificadas pelo interesse publico; e entendesse também que o melhor systema seria o de estabelecer ordenados fixos para os empregados das conservatorias, no entantando tendo em consideração as circunstancias actuaes do thesouro publico e do paiz, julgou conveniente, de accordo com o governo, alterar n'esta parte a proposta, e conceder unicamente aos conservadores os emolumentos que vão designados na tabella annexa á proposta. Assim esta despesa prudentemente taxada, sendo o preço da garantia de direitos importantes, não encontrará nenhuma repugnancia ao pagamento, e sem aggravar as despesas do orçamento do estado, virá a ser para este immenso e produtivo, concorrendo para a realisação do credito predial que ha de servir de base fecunda ao desenvolvimento do credito publico.

A proposta, aproveitando toda a acção benéfica dos principios em que funda o seu systema, chega a resolver uma das questões mais importantes do credito predial, a mobilisação do credito hypothecario. A letra hypothecaria representando com segurança no mercado toda a parte da propriedade, com uma execução facil, com um valor certo e determinado, e fundando-se exclusivamente no credito real; superior portanto a todos os outros papéis representativos do credito movel, ha de forçosamente multiplicar as transacções, ha de dar um movimento extraordinario aos capitães, e ser uma base solida de operações para as instituições de credito existentes, e para as que de futuro se hão de erguer á sombra de um bom systema hypothecario.

O processo da expropriação da letra hypothecaria, simples e rapido como se acha estabelecido na proposta, é o complemento d'esta importante criação e uma das suas mais efficazes garantias. Não se trata de discutir um direito, mas de realisa-lo. O direito demonstra-o o titulo por forma tão authentica que, sem quebra dos principios de jurisprudencia pratica, pôde ser adoptado como uma sentença para base da execução. Por este mesmo fundamento julgou a commissão, de accordo com o governo, dever estender a mesma forma de processo á simples expropriação hypothecaria, por se não dar motivo sufficiente para excluir d'este bene-

ficio o titulo hypothecario, onde a letra tem a sua origem.

Na vinculação da terra, n'essa instituição odiosa, onde vão despedaçar-se tantos interesses publicos, não podia a proposta deixar de encontrar um poderoso obstaculo á sua perfeita realisação; e não lhe sendo dado vencer-lo limitou-se a transgír o mais vantajosamente que pôde. A hypotheca dos rendimentos dos bens vinculaes nas condições em que é permitida ha de sem duvida concorrer para o melhoramento d'estes bens, mas está ainda longe de faze-los partilhar de todas as vantagens economicas do credito: é um remedio, mas um remedio pouco efficaz que serve mais para demonstrar a gravidade do mal do que para curá-lo. A commissão acatando-o, não pôde deixar de fazer votos para que as disposições d'esta parte da proposta não tenham de vigorar por muito tempo, e venham a cair por desnecessarias diante de uma medida de outra ordem.

Por essa rapida apreciação dos pontos capitais da proposta vereis as razões em que a commissão se funda para approva-la com as alterações que ficam apontadas, e com outras emendas pouco importantes feitas de accordo com o governo, para tornarem mais claras algumas disposições, ou para estabelecerem entre estas melhor harmonia.

A commissão, intimamente convencida de que esta proposta, pela doutrina que encerra, ha de satisfazer a uma das necessidades mais instantes do nosso paiz, promovendo poderosamente o desenvolvimento da agricultura e o augmento da riqueza publica, tem a honra de propo-la á vossa approvação convertida no seguinte projecto de lei.

Artigo 1.º É approvada a proposta de codigo de credito predial que faz parte da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da commissão, 18 de maio de 1860.—José Manuel Crispiniano da Fonseca—Rodrigo Nogueira Soares Vieira (com declaração)—Joachim Antonio de Calça e Pina—José Estevo—João de Mello Soares e Vasconcellos—Agostinho Rodrigues Soares Cancellia—Antonio Maria do Couto Monteiro—Antonio Pequeto Seixas do Andrade (com declaração)—Barros e Sá (com declaração)—Antonio Gonçalves de Freitas, relator.

#### Proposta do codigo de credito predial

##### TITULO I

###### Disposições geraes

Artigo 1.º Os credores têm o direito de ser pagos pelo preço da totalidade dos bens do devedor, todas as vezes que não houver causa legitima de preferéncia.

Art. 2.º São causa legitima de preferéncia:

1.º Os privilegios.

2.º As hypothecas.

Art. 3.º Não ha outros privilegios e hypothecas senão os que a presente lei expressamente reconhece.

Art. 4.º Os privilegios dão direito a preferéncia independentemente do registro.

As hypothecas são causa legitima de preferéncia sómente sendo registradas.

##### TITULO II

###### Dos privilegios

Art. 5.º Ha duas especies de privilegios:

1.º Privilegios mobiliarios, que recaeem unicamente sobre o valor dos bens moveis ou semoventes que não os tiverem annexos a alguma propriedade immovel, por applicação permanente e necessaria;

2.º Privilegios immobiliarios, que recaeem unicamente no valor dos bens immoveis, e no dos moveis e semoventes que por applicação necessaria e permanente lhe estiverem annexos.

§ 1.º Os privilegios mobiliarios subdividem-se em:

1.º Especies, que comprehendem sómente o valor de certos e determinados moveis ou semoventes;

2.º Geraes, que comprehendem o valor da totalidade dos bens da mesma especie possuidos pelo devedor.

§ 2.º Os privilegios immobiliarios são sempre especies.

Art. 6.º Gosam privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, constituindo uma classe:

1.º O credito por divida de fóros, censos ou pensões, relativos aos dois ultimos annos e ao corrente;

2.º O credito por divida de renda relativa ao ultimo anno e ao corrente;

3.º O credito por sementes ou quaesquer despesas de cultura, relativas sómente ao ultimo anno ou sómente ao anno corrente;

4.º O credito por divida de jornaes de operarios relativos aos ultimos tres mezes;

5.º O credito por premio de seguro relativamente ao ultimo anno e ao corrente.

§ 1.º Para que tenha lugar o privilegio de que fazem menção os n.ºs 1.º e 2.º d'este artigo é necessario que os onus de emphyteuse, censo, pensão ou arrendamento se achem registrados. Aquelle privilegio principia a existir na data do registro.

§ 2.º Para que tenha lugar o privilegio de que tratam os n.ºs 3.º e 4.º d'este artigo é necessario que sejam especificados os immoveis a que esses creditos foram applicados. Não sendo possível esta especificação, o privilegio comprehendêr o valor dos fructos de todos os bens immoveis rusticos do devedor.

Art. 7.º Gosam privilegio mobiliario especial, constituindo uma classe:

1.º O credito por divida de renda, damificação causada pelo locatario ou qualquer encargo declarado no arrendamento de predio urbano, relativo ao ultimo anno e ao corrente, no valor dos moveis e utensilios que estiverem dentro do mesmo predio;

2.º O credito por despesas de pousoa ou hospedagem no valor dos moveis que o devedor tiver na hospedaria;

3.º O credito por despesas de transporte no valor dos objectos transportados;

4.º O credito por divida pignoratícia no valor dos objectos empenhados;

5.º O credito por premio de seguro relativamente ao ultimo anno e ao corrente na renda do predio urbano segurado.

§ unico. Os privilegios mobiliarios especies de que tratam os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º d'este artigo, acabam nos casos seguintes:

1.º Aquelle de que faz menção o n.º 1.º, quando os objectos sobre que recaeem saírem do predio arrendado, excepto sendo tirados por dolo, porque n'esse caso ficam sujeitos por tempo de noventa dias ao privilegio em qualquer parte em que se acharem;

2.º Aquelle de que faz menção o n.º 2.º, quando os objectos sobre que recae saírem da hospedaria;

3.º Aquelle de que faz menção o n.º 3.º, quando os objectos sobre que recae forem entregues ao destinatario.

Art. 8.º Gosam privilegio mobiliario geral:

1.º O credito por despesas do funeral do devedor, segundo a sua condição e costume da terra;

2.º O credito por despesas com honorarios de facultativos e remedios para a ultima molestia do devedor, não excedente a seis mezes de duração;

3.º O credito por alimentos fiados para sustento do devedor e das pessoas de sua familia a quem tivesse o dever de alimentar, relativamente aos ultimos seis mezes;

4.º O credito por soldadas e ordenados do ultimo anno e do corrente, ou só do anno corrente, a creados e outros quaesquer familiares;

5.º O credito de que trata o artigo 6.º n.º 1.º, relativamente a todos os annos anteriores aos ultimos dois;

6.º O credito de que trata o mesmo artigo n.º 2.º, relativamente a todos os annos anteriores ao ultimo;

7.º O credito de que trata o mesmo artigo n.º 4.º, relativamente aos mezes, até ao numero de nove, anteriores aos ultimos tres;

8.º O credito de que trata o artigo 7.º, n.º 1.º e 5.º, relativamente a todos os annos anteriores ao ultimo.

Art. 9.º Gosam privilegio immobiliario:

1.º Os creditos por impostos em divida á fazenda nacional, nos termos das leis fiscaes;

2.º As despesas feitas com a conservação do predio, até á quinta parte do seu valor;

3.º As custas das execuções.

§ unico. Os immoveis sujeitos aos privilegios de que trata este artigo são sómente:

1.º Aquelles de que se deve o imposto;

2.º Aquelles para cuja conservação foram feitas as despesas;

3.º Aquelles para cuja expropriação foram feitas as custas.

##### TITULO III

###### Das hypothecas

###### CAPITULO I

###### DA ORIGEM DAS HYPOTHECAS

Art. 10.º As hypothecas são necessarias, voluntarias ou mixtas.

Art. 11.º As hypothecas necessarias existem immediatamente pelo facto da existencia da obrigação a que servem de garantia, e são:

1.º A que tem a fazenda nacional e as camaras municipais nos bens dos funcionarios publicos sujeitos a responsabilidade fiscal, e nos dos seus fiadores, nos casos em que forem obrigados a prestar fiança para pagamento das quantias em que ficaram alcançados, ou pelas quaes se tornarem responsáveis;

2.º A que tem o ausente, o menor, o interdito, e em geral todas as pessoas por qualquer motivo privadas da administração dos seus bens, nos do seu tutor, curador ou administrador, para pagamento dos valores que distrahirem, deixarem perder por culpa, dolo ou applicarem illegalmente;

3.º A que tem a mulher casada nos bens do marido, quando o matrimonio foi contrahido sob o regimen dotal, para o pagamento dos valores moveis dotaes;

4.º A que tem a viúva nos bens do fallecido marido, ou do promittente de alfinetes, arrhas e apagios, para seu pagamento;

5.º A que tem o credor de alimentos nos bens do devedor d'elles;

6.º A que tem os bancos de credito territorial para pagamentos dos seus titulos;

7.º A que tem os constructores e cultivadores, os primeiros nos edificios, e os segundos nas terras que reduziram á cultura para o pagamento das respectivas despesas.

Art. 12.º Os creditos que por esta lei têm privilegio de qualquer especie podem ter hypotheca necessaria, todas as vezes que se acharem registrados como creditos hypothecarios, tendo para isso os necessarios requisitos.

§ unico. Os creditos registrados na forma d'este artigo não perdem por este facto o privilegio, e poderão obter no concurso hypothecario o pagamento que no concurso privilegiario não tiverem podido alcançar.

Art. 13.º Se o credito hypothecario vencer juros, gosarão das vantagens da hypotheca, independentemente de especial registro, os relativos aos annos ultimo e corrente.

§ unico. Os juros relativos a quaesquer annos anteriores ao ultimo, gosarão de hypotheca necessaria, sómente sendo registrados como credito distincto.

Art. 14.º As hypothecas de que faz menção o artigo 11.º n.ºs 1.º, 2.º e 3.º não podem ser renunciadas.

Art. 15.º As hypothecas voluntarias nascem do mutuo accordo entre o promittente e o acitante, e são:

1.º As constituídas por livre e expressa convenção;

2.º As constituídas por doação, testamento ou qualquer disposição entre vivos ou de ultima vontade.

Art. 16.º As hypothecas mixtas resultam de sentença, nos casos em que o direito concede a faculdade de se fazer garantir por esse meio.

###### CAPITULO II

###### DO OBJECTO DAS HYPOTHECAS

Art. 17.º Podem ser objecto de hypotheca:

1.º A propriedade de bens immoveis que estiverem no commercio e seus accessorios necessarios, moveis e semoventes;

2.º As servidões reaes activas;

3.º O usufructo;

4.º O dominio directo e util nos bens emphyteuticos;

5.º Os rendimentos dos bens vinculaes nos termos da presente lei.

§ unico. Os moveis, semoventes e servidões, de que n'este artigo se faz menção, sómente podem ser hypothecados conjuntamente com os immoveis de que fizerem parte ou a que estiverem annexos permanentemente pela necessidade do seu uso.

Art. 18.º Não pôde recair hypotheca sobre bens que não podem ser alienados pela pessoa que hypotheca, e dos quaes esta não tenha a propriedade e efectiva posse, na epocha em que a hypotheca for constituída.

Art. 19.º Para a hypotheca do dominio util não é necessario o consentimento do senhorio directo.

Art. 20.º A hypotheca comprehende sómente os bens especificadamente designados no titulo que a constituir, ou aquelles sobre os quaes for registrada, na falta de outra designação.

Art. 21.º As hypothecas necessarias e as mixtas, quando os immoveis hypothecados não forem especificados no titulo respectivo, poderão ser registrados em todos os do devedor. Este porém poderá exigir que o registro seja limitado a tantos, quantos bastarem para representar o capital dos alimentos, calculado pelo juro na razão de 5 por cento.

Art. 22.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 6.º é constituída pelo titulo respectivo; e será registrada unicamente sobre esses bens immoveis.

Art. 23.º Se designar a totalidade de um patrimonio ou não designar bens alguns, poderá ser registrada sobre todos os immoveis que compozerem esse patrimonio, ou sobre todos os do devedor.

Art. 24.º N'esse caso porém poderá o devedor exigir que o registro seja limitado a tantos, quantos bastarem para representar o capital dos alimentos, calculado pelo juro na razão de 5 por cento.

Art. 25.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 6.º é constituída pelo titulo respectivo; e será registrada nos immoveis a que esses titulos disserem respeito.

Art. 26.º As hypothecas de que faz menção o mesmo artigo n.º 7.º poderão ser registradas nos immoveis do devedor, com relação aos quaes houverem sido feitas as despesas de edificação ou arroteamento.

Art. 27.º As hypothecas de que faz menção o artigo 12.º poderão ser registradas em qualquer immovel do devedor.

Art. 28.º As hypothecas voluntarias são constituídas pelo titulo do contrato, testamento ou disposição, e podem ser registradas sómente nos bens que esses titulos especialmente designarem.

§ unico. Na falta de designação poderão estas hypothecas ser registradas em quaesquer immoveis do devedor, testador ou doador.

Art. 29.º As hypothecas mixtas são constituídas pela sentença e podem ser registradas nos bens immoveis que as mesmas sentenças designarem.

§ unico. Na falta de designação, sendo as sentenças obtidas em acção real, comprehenderão sómente os immoveis a que disserem respeito; em todos os outros casos poderão ser registradas em quaesquer immoveis do devedor.

Art. 30.º A constituição da hypotheca pôde ser precedida da avaliação judicial dos predios que têm de ser hypothecados.

Art. 31.º Para que esta avaliação possa ser ordenada é necessario que seja requerida por quem n'ella tiver interesse, e se mostre feito o registro provisório da hypotheca a que pertence.

Art. 32.º Designado o dia para a escolha de lousados será para esse acto actado o ministerio publico, o qual nomeará um lousado e outro o requerente.

§ 1.º O conselho de familia, tendo em vista o valor presumido dos moveis que for necessario en-

treger ao tutor, curador ou administrador, e o rendimento provavel de um anno dos bens immoveis cuja administração houver de lhe ser confiada, fixará o valor da hypotheca que ficará onerando os bens do tutor, curador ou administrador, designará os immoveis d'este sobre que ella deve ser registrada, e fixará o prazo dentro do qual esse registro deverá ser feito, tendo em attenção a distancia entre o domicilio d'esse individuo e o local da situação dos bens.

§ 2.º Quando o valor fixado parecer insufficiente, ou os immoveis designados não offerecerem bastante garantia, o sub-tutor, o curador nato, qualquer dos membros do conselho de familia ou dos parentes dos tutelados poderão recorrer d'esta decisão.

§ 3.º Igual recurso terá o tutor, curador ou administrador, se entender que o valor fixado é excessivo, que os immoveis designados são mais do que os necessarios, ou que podem ser substituidos por outros com mais vantagem sua e sem perigo da garantia hypothecaria.

§ 4.º Interposto o recurso deliberará sobre elle o conselho de familia, que poderá reformar a sua decisão ou ratificar a outra já tomada. No primeiro d'estes dois casos recorrerá *ex officio* o curador nato; no segundo poderá seguir seus termos o recurso interposto.

§ 5.º Estes recursos terão sómente effeito devolutivo.

§ 6.º O tutor, curador ou administrador não poderá entrar em exercicio das suas funções sem que mostre certidão do registro d'essa hypotheca.

§ 7.º Esta certidão será junta ao respectivo inventario. Nos inventarios para partilhas o escriptivo que os fizer concluidos sem irem acompanhados d'esta certidão será suspenso por tempo de um a tres mezes, e igual procedimento haverá para com o curador nato que sem a dita certidão apontar a forma da partilha.

§ 8.º O tutor, curador ou administrador, que findo o prazo fixado para o registro não apresentar certidão d'elle, sem provar impedimento absoluto que o releve da falta, incorrerá em uma multa que lhe será imposta pelo conselho de familia, arbitrada em um decimo do valor da hypotheca, alem da indemnisação dos prejuizos que d'essa omissão resultarem.

§ 9.º Esta multa nunca poderá ser inferior a 10\$000 réis, nem superior a 200\$000 réis.

§ 10.º O tutor, curador ou administrador poderá substituir a hypotheca pelo deposito de um valor igual em fundos publicos segundo o preço do mercado na epocha do deposito.

§ 11.º Nas contas annuaes dos rendimentos prestados pelo tutor, curador ou administrador, se lhe abonará um juro de 5 por cento do valor arbitrado á hypotheca.

§ 12.º Quando houver mais de um tutelado, á proporção que o tutor for fazendo a cada um entrega da administração de seus bens e cobrando recibos das contas geraes, poderá requerer ao conselho de familia autorisação para o cancelamento do registro hypothecario pelo valor correspondente á responsabilidade que cessa de ter.

§ 13.º Para todos os effectos d'este artigo, nos casos em que por lei não deve ser nomeado conselho de familia, as attribuições que aqui lhe são conferidas passarão a ser exercidas pelo respectivo juiz, com audiéncia do curador nato.

§ 14.º Todas as vezes porém que o conselho de familia o julgar conveniente poderá escusar da hypotheca o tutor, curador ou administrador.

§ 15.º D'esta deliberação poderá haver recurso pela forma prescrita nos §§ 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.

Art. 25.º A hypotheca de que trata o mesmo artigo n.º 3.º é constituída pela respectiva escriptura dotal.

§ 1.º Para o casamento das menores não se passará alvará de consentimento sem que, alem dos outros documentos que forem exigidos por lei, o requerimento vá instruido com a certidão do registro hypothecario. O escriptivo que sem isso o passar perdêr o officio.

§ 2.º Não é permitido deferir a requerimento para entrega de bens na hypothese de casamento de menor, sem que se mostre averbado de definitivo o registro provisório da hypotheca de que faz menção este artigo.

§ 3.º O tutor, que sem preceder despacho do juiz fizer entrega ao menor casado de bens ou rendimentos, responderá por elles em qualquer tempo em que tornarem a ser-lhe pedidos, como se tal entrega não tivesse feito.

Art. 26.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 4.º é constituída pelo titulo promissório dos alfinetes, arrhas ou apagios.

§ unico. Poderá ser feito o registro d'esta hypotheca em tantos immoveis quantos bastarem para representar o capital d'esses alfinetes, arrhas e apagios, calculado a razão de 5 por cento.

Art. 27.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 5.º é constituída pelo titulo que cria a especial obrigação de prestar alimentos.

§ 1.º Se n'esse titulo forem designados certos e determinados immoveis, para garantia d'essa prestação, será registrada unicamente sobre esses bens immoveis.

§ 2.º Se designar a totalidade de um patrimonio ou não designar bens alguns, poderá ser registrada sobre todos os immoveis que compozerem esse patrimonio, ou sobre todos os do devedor.

Art. 28.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 6.º é constituída pelo titulo respectivo; e será registrada nos immoveis a que esses titulos disserem respeito.

Art. 29.º As hypothecas de que faz menção o mesmo artigo n.º 7.º poderão ser registradas nos immoveis do devedor, com relação aos quaes houverem sido feitas as despesas de edificação ou arroteamento.

Art. 30.º As hypothecas de que faz menção o artigo 12.º poderão ser registradas em qualquer immovel do devedor.

Art. 31.º As hypothecas voluntarias são constituídas pelo titulo do contrato, testamento ou disposição, e podem ser registradas sómente nos bens que esses titulos especialmente designarem.

§ unico. Na falta de designação poderão estas hypothecas ser registradas em quaesquer immoveis do devedor, testador ou doador.

Art. 32.º As hypothecas mixtas são constituídas pela sentença e podem ser registradas nos bens immoveis que as mesmas sentenças designarem.

§ unico. Na falta de designação, sendo as sentenças obtidas em acção real, comprehenderão sómente os immoveis a que disserem respeito; em todos os outros casos poderão ser registradas em quaesquer immoveis do devedor.

Art. 33.º A constituição da hypotheca pôde ser precedida da avaliação judicial dos predios que têm de ser hypothecados.

Art. 34.º Para que esta avaliação possa ser ordenada é necessario que seja requerida por quem n'ella tiver interesse, e se mostre feito o registro provisório da hypotheca a que pertence.



§ 2.º Os registros por edificações ou cultura serão feitos à vista dos respectivos contratos.

Art. 56.º Ao registro provisório é aplicável o que nos capítulos 1.º e 3.º d'este título vae determinado para o registro definitivo, na parte em que pôder ser-lhe applicavel.

Art. 57.º O registro provisório convertido em definitivo conserva o mesmo numero de ordem em que tinha sido feito.

Art. 58.º O registro provisório converte-se em definitivo pela apresentação e averbamento do título legal para ser registrado, relativo ao facto sobre que versa o registro.

Art. 59.º O registro provisório das acções converte-se em definitivo pelo averbamento de sentença que transitou em julgado.

Art. 60.º O registro provisório das escripturas de dote para casamento ou de promessa de arrhas e apausos converte-se em definitivo pelo averbamento da certidão de casamento.

Art. 61.º O registro provisório, não sendo averbado de definitivo no prazo de um anno a contar da sua data, fica extincto.

Art. 62.º Obtida pelo actor, em 1.ª instancia, sentença que fique pendente por appellação, pôde com certidão d'ella requerer a reforma do registro provisório da acção, que reformado continua a produzir effeito por um prazo igual ao primeiro.

§ 1.º No fim d'este prazo o registro pôde ser reformado pelo mesmo modo e com os mesmos effeitos, com uma certidão de confirmação de sentença na 2.ª instancia, pendente com recurso de revista.

§ 2.º Findo este novo prazo não poderá ser reformado.

§ 3.º A anulação do processo, provada por certidão, pôde dar lugar á reforma do registro por um novo prazo, e depois pelos seguintes, nos termos dos artigos precedentes.

Art. 63.º Os prazos de que tratam os artigos antecedentes relativos ao registro provisório das acções contra-se-hão da data dos documentos d'onde são extrahidas as certidões, pelas quaes é feito o registro ou a sua reforma.

Art. 64.º No registro provisório de hypotheca por despesas de construção ou cultura poderá declarar-se o prazo pelo qual ficará vigorando, sem que seja convertido em definitivo.

§ 1.º Neste caso somente ficará vigorando este prazo substituído ao fixado no artigo 61.º

§ 2.º Na falta d'aquella declaração observar-se-ha a regra geral do mesmo artigo.

§ 3.º Este registro pôde ser convertido em definitivo, pela averbação de título que prove que se acha satisfeito somente pelo construtor ou cultivador o contrato que deu lugar ao registro.

Art. 65.º O registro provisório de que trata o artigo 60.º pôde ser renovado sem numero limitado de vezes, em quanto não for averbado de definitivo.

Art. 66.º O registro provisório pôde ser cancelado á vista de declaração autentica do dono do predio a que respeita, no caso de ser voluntaria a hypotheca, ou á vista de igual declaração das pessoas em favor de quem a hypotheca foi constituída, no caso de ser necessaria.

§ unico. Igual averbamento pôde ser feito no registro provisório das acções á vista de certidão de sentença que tenha julgado a transacção ou desistência da acção.

#### CAPITULO III

##### DO REGISTRO ESPECIAL E DA SUA FORMA

Art. 67.º O registro será sempre feito por extracto.

Art. 68.º O extracto deve conter:

§ 1.º O seu numero de ordem.

§ 2.º A sua data por anno, mez e dia.

§ 3.º O nome, situação, confrontação e a medição, havendo-a, do predio a que o registro se refere.

§ 4.º A avaliação do predio nos casos em que tiver sido feita.

§ 5.º Declaração por onde conste se ha ou não algum outro registro de qualquer especie relativo a todo ou parte do mesmo predio, e havendo-a, qual é o seu numero.

§ 6.º O extracto do título registrado.

§ 7.º O numero do masso do respectivo anno em que fica o título pelo qual o registro foi feito.

Art. 69.º O extracto a que se refere o § 6.º do artigo antecedente deve conter:

§ 1.º O nome, estado, profissão e domicilio;

§ 2.º Do detentor nas hypothecas e onus reaes;

§ 3.º Do réu nas acções e sentenças.

§ 2.º O nome, estado, profissão e domicilio:

1.º Das pessoas a favor de quem são constituídas as hypothecas e onus reaes, ou a designação dos predios a que pertencem as servidões reaes;

2.º Da pessoa em favor de quem a transacção é feita, nas transmissões de immoveis;

3.º Do auctor nas acções e sentenças.

§ 3.º A quantia garantida pela hypotheca, e pela qual foi feita a transacção, ou para cujo pagamento a acção foi instaurada.

§ 4.º As condições que acompanharem e hypotheca, vinculo, transacção ou onus real.

Art. 70.º As declarações de que trata o artigo 68.º serão todas feitas sob pena de nulidade do registro e suspensão do conservador por tempo de um anno, sem que d'ella possa ser relevado por alguma escusa.

Art. 71.º Das declarações de que trata o artigo 69.º far-se-hão todas as que constarem do título registrado. Quando alguma for omitida o conservador poderá ser punido segundo a gravidade da omisão e o grau de culpa ou dolo que n'ella tiver havido.

Art. 72.º Os livros de registro não serão publicos para serem examinados por quem os quizer ver; mas poderão ser requeridas certidões extrahidas d'elles.

#### CAPITULO IV

##### DO TITULO QUE PODEM SER ADMITIDOS AO REGISTRO

Art. 73.º Somente serão admitidos ao registro definitivo:

1.º Cartas de sentença;

2.º Escripturas publicas;

3.º Autos de conciliação;

4.º Titulos de bancos ruas ou agricolas;

5.º Certidões de deliberações do concelho de familia, ou mandados do juiz, nos casos de que trata o artigo 20.º § 3.º;

6.º Escriptos particulares de contrato cujo valor não exceda a 50000 réis, tendo duas testemunhas pelo menos e reconhecimento por tabellião.

Art. 74.º Não serão admitidos no registro titulos de transacção ou alienação de que, segundo as leis fiscaes, se devam direitos de transacção ou quaisquer outros, sem que se mostrem pagos, nem titulos de hypotheca com estipulação de juros, sem que tenham sido manifestados. O conservador que os admitir será suspenso por um anno e o registro será nullo.

Art. 75.º As assignaturas dos titulos originaes que têm de ser registrados deverão ir reconhecidas por algum tabellião da comarca em que o registro ha de ser feito, ou por outro de fóra, cujo signal seja reconhecido por aquelle.

Art. 76.º Nas certidões ou publicas fórmulas para o registro, que não forem extrahidas de autos pelo escrivão respectivo, serão as assignaturas reconhecidas pela fórmula ordenada no artigo antecedente pelo official publico que as extrahir, e o signal d'este reconhecimento pela fórmula estabelecida no mesmo artigo.

Art. 77.º Quando o conservador não considerar como legal o título que lhe for apresentado para registro, por falta de alguma formalidade interna ou externa, assim o declarará ao apresentante para que este haja de o fazer reformar, abrindo em todo o caso um registro provisório do mesmo título, que será averbado de definitivo á vista do título reformado.

Art. 78.º Recusando-se o apresentante á reforma ou legalisação do título a pretexto de que está legal, o conservador lhe entregará um duplicado do título, pela fórmula declarada no artigo 83.º, acompanhando a entrega com declaração escripta e assignada dos motivos por que recusa o registro definitivo d'aquelle título, para que o apresentante possa requerer ao juiz de direito da respectiva comarca, que declare por despacho se o título está ou não legal para ser admitido no registro, expondo na sua petição as razões em que se funda.

Art. 79.º O juiz, sem mais formalidades do que o exame do título e das razões dadas pela parte e pelo conservador, julgará procedente ou improcedente a recusa d'este. D'este despacho poderão agravar de petição ou instrumento as pessoas que com elle se considerarem prejudicadas.

Art. 80.º Julgado legal o título o conservador averbará de definitivo o respectivo registro provisório. No caso contrario, o averbamento só poderá ser feito á vista de título reformado ou legalizado pela fórmula indicada no despacho.

Art. 81.º O registro provisório, de que tratam os artigos antecedentes, será equiparado para todos os effeitos áquelles de que tratam os artigos 53.º e seguintes, no que lhe for applicavel.

Art. 82.º O título que houver de ser registrado será apresentado em duplicado ao conservador que verificará a sua perfeita igualdade.

Art. 83.º Feito o registro, o conservador numerará e rubricará todas as folhas de ambos os exemplares do título, declarando na primeira pagina de cada um o numero de folhas que contém; entregando em seguida um d'elles, com a certidão do registro ao apresentante; e guardando o outro em um masso abaixo de um numero de ordem correspondente ao do registro.

#### TITULO V

##### Das conservadoras do registro

Art. 84.º Em cada uma comarca judicial do reino e ilhas adjacentes haverá um conservador do registro predial e um ajudante.

§ unico. Nas cidades de Lisboa e Porto haverá o numero de conservadoras que for exigido pela conveniência do serviço, com tanto que não excedam o numero de tres na primeira d'estas cidades e de duas na segunda.

Art. 85.º O lugar de conservador do registro será provido em barchel formado em direito ou em pessoa que mostre ter sufficientes conhecimentos jurídicos, e o de ajudante, em individuo que tenha, pelo menos, um curso de instrução secundaria.

§ unico. Para estes lugares devem ter os concorrentes que não forem formados vinte e dois annos de idade, pelo menos, e todos reconhecida probidade.

Art. 86.º Estes lugares serão providos por concurso, cujo regulamento será feito pelo governo.

Art. 87.º No caso de vagatura de algum lugar de conservador poderá ser promovido a elle sem concurso qualquer ajudante que tenha pelo menos cinco annos de bom e effectivo serviço, e os outros requisitos de que trata o artigo 85.º

Art. 88.º Para esta promoção, em igualdade de todas as outras circumstancias, será preferido o ajudante da conservatoria respectiva, ainda que tenha menos tempo de serviço do que os outros, tendo com tudo aquelle que exige o artigo antecedente.

Art. 89.º Poderá haver nas conservatorias do registro predial, em que o governo reconhecer essa necessidade, até o numero de dois amanuenses, com tanto que o producto dos emolumentos das conservatorias respectivas seja sufficiente para fazer face ás despesas das mesmas conservatorias.

§ unico. Estes lugares serão providos pela mesma fórmula que os de ajudante e em individuos que tenham as mesmas habilitações.

Art. 90.º Os conservadores serão responsaveis pela guarda e conservação dos livros de registro e indice, e por todos os factos contrários á lei cometidos por erro, ignorancia, culpa ou dolo em objectos das suas attribuições.

Art. 91.º Os conservadores poderão ser suspensos ou demittidos, segundo a gravidade do caso, logo que se verifique alguma das hypothecas de que trata o artigo antecedente, depois de ter sido ouvido o conservador a quem forem feitas as imputações.

Art. 92.º São causa de demissão os crimes de peita, suborno, peculato, concussão, falsidade, estelionato, moeda falsa, furto, roubo e homicidio.

Art. 93.º A condemnacão definitiva, por qualquer crime não enumerado no artigo antecedente, é causa de demissão ou suspensão, segundo a sua gravidade.

§ unico. A pronuncia em qualquer crime é sempre causa de suspensão.

Art. 94.º Na hypothese do artigo antecedente e seu § a suspensão nunca será imposta por menos tempo do que aquelle que decorrer desde a pronuncia até ao julgamento definitivo e ao da duração da pena em que o réu for condemnado.

§ unico. Fóra dos casos declarados n'este artigo a suspensão nunca poderá exceder a seis mezes.

Art. 95.º As disposições do artigo 90.º e seguintes não applicaveis aos ajudantes e amanuenses, na parte que lhes disser respeito.

Art. 96.º Os conservadores do registro hypothecario são subordinados aos juizes de direito das respectivas comarcas. Por via d'estes receberão as ordens do governo relativas ao exercicio das suas funções.

Art. 97.º Os conservadores e empregados subalternos poderão ser transferidos todas as vezes que assim for considerado como necessario por conveniencia do serviço publico.

Art. 98.º O vencimento dos conservadores, ajudantes e amanuenses é o que consta da tabela n.º 1, que faz parte da presente lei.

#### DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Em quanto não se acharem organisadas as conservatorias de que trata este título continuará o registro a ser feito pelos secretarios das administrações dos concelhos, conformando-se em quanto á sua fórmula e mais disposições applicaveis com o que dispõe o presente código e os respectivos regulamentos.

#### TITULO VI

##### Das emolumentos

Art. 99.º Os registros, letras, averbamentos, certidões e buscas serão pagos segundo a tabela annexa que faz parte d'esta lei.

Art. 100.º Os emolumentos serão repartidos pelos empregados das conservatorias pela fórmula que for designada nos regulamentos do governo.

Art. 101.º Haverá um livro especial onde serão escripturados todos os emolumentos.

#### TITULO VII

##### Da transacção dos creditos hypothecarios

Art. 102.º A transacção dos creditos hypothecarios pôde ser feita por qualquer dos modos seguintes:

1.º Por escriptura de cedencia e traspasso de direito e acção;

2.º Por endosso de letra hypothecaria.

#### CAPITULO I

##### DA TRANSMISSÃO POR ESCRITURA

Art. 103.º A transacção das hypothecas por escriptura será feita pelo modo estabelecido nas leis civis.

§ 1.º Para que as hypothecas de que se passaram letras possam ser transmitidas por escriptura é necessario que o tabellião que a lavrar porte por fé em como ao acto da factura d'ella foi apresentada e inutilizada a letra hypothecaria.

§ 2.º Na falta da declaração de que faz menção o § antecedente será nulla a escriptura de cedencia e traspasso.

Art. 104.º Em tudo o mais será esta fórmula de transacção regulada pela legislação civil.

#### CAPITULO II

##### DA TRANSMISSÃO POR ENDOSSO DA LETRA HYPOTHECARIA

Art. 105.º O endosso será feito pela fórmula que as leis vigentes prescreverem com relação aos titulos que d'elles são susceptiveis.

Art. 106.º Os endossados poderão endossar a outros pela mesma fórmula por que tiver sido feito o endosso primitivo.

Art. 107.º Os endossadores anteriores contemham para com os endossadores posteriores, e todos para com o portador da letra, uma obrigação solidaria, como simples fiadores do devedor.

§ unico. Esta obrigação poderá tornar-se exequivel, quando o portador não tiver podido obter pelos bens do devedor completo pagamento.

Art. 108.º Na hypothese do artigo antecedente qualquer dos endossadores pôde ser obrigado ao pagamento da quantia não paga pelo devedor, ficando-lhe salva a acção reversiva a este, se vier a habilitar-se com meios de pagar.

Art. 109.º Demandado qualquer dos endossados, nos termos do artigo antecedente, todos os endossados posteriores ficam por esse facto desonerados de toda e qualquer obrigação.

#### TITULO VIII

##### Do cancelamento do registro hypothecario

Art. 110.º O cancelamento do registro hypothecario pôde ser requerido pelo credor ou pelo devedor, provando este o pagamento ou extincção da obrigação por documento legal.

§ unico. Este documento será archivado pela fórmula estabelecida no artigo 83.º

Art. 111.º O cancelamento por prescrição terá lugar á vista de sentença passada em julgado que tenha declarado prescriptos os direitos do credor.

#### TITULO IX

##### Da extincção dos privilegios e hypothecas

Art. 112.º Os privilegios e hypothecas extinguem-se:

1.º Pela extincção da obrigação principal;

2.º Pela renuncia do credor;

3.º Por effeito de sentença passada em julgado;

4.º Pela expurgacão;

5.º Pela prescrição.

Art. 113.º A extincção dos privilegios e hypothecas não se tornará effectiva, nem será attendida em juizo, sem que se mostre averbada no respectivo registro.

Art. 114.º Sendo a duração da obrigação limitada á duração da vida de alguma pessoa; provada a sua morte, extingue-se a obrigação.

Art. 115.º Não sendo possível provar a epocha da morte, a extincção da obrigação regular-se-ha pela lei civil.

Art. 116.º Nas hypothecas de cujo registro se tiver passado letra hypothecaria, o devedor liberta-se somente pelo pagamento feito ao portador ou ao cessionario que o for por escriptura feita na fórmula do artigo 103.º § 1.º

Art. 117.º Terminado o prazo do vencimento da letra hypothecaria, e não sendo protestada em tempo, valerá apenas como simples obrigação de divida sem hypotheca.

Art. 118.º Se na epocha do pagamento o credor não se apresentar a receber a divida hypothecada, o devedor liberta-se pelo deposito da importância do credito hypothecario e dos juros em divida, nos termos do artigo 13.º, tendo sido estipulados.

§ unico. Este deposito será judicialmente feito á ordem de quem tiver direito a levanta-lo, na comarca em que devia ter sido feito o pagamento; e na falta d'esta designação, em qualquer em que se achar registrada a hypotheca, no todo ou em parte.

Art. 119.º As despesas resultantes do deposito serão pagas pela somma depositada e por conta do credor.

Art. 120.º Tendo havido estipulação de juros, se o credor não se apresentar a recebe-los na epocha do seu vencimento, poderá o devedor consignar-los em deposito pela fórmula estabelecida nos artigos antecedentes.

Art. 121.º As obrigações privilegiadas ou hypothecarias, que têm termo fixo ou estão sujeitas a condição suspensiva ou resoliativa, serão julgadas extintas segundo as regras de direito civil.

Art. 122.º A prescrição opera a extincção das obrigações privilegiadas ou hypothecarias, nos termos das leis civis.

#### TITULO X

##### Da expurgacão das hypothecas

Art. 123.º O novo possuidor do predio, que pretender obter a expurgacão das hypothecas que o oneram, fará citar os credores hypothecarios inscriptos para deduzirem o seu direito no prazo de trinta dias, declarando o preço pelo qual houve o predio ou o valor em que o estima, e obrigando-se a satisfazer os respectivos creditos integralmente ou até á concorrência do preço declarado.

Art. 124.º Quando a obrigação, garantida por hypotheca, consistir em prestações periodicas, a expurgacão terá lugar pelo deposito do capital correspondente a essas prestações, feito em moeda metalleica, fundos publicos ou de bancos legalmente constituídos.

§ 1.º Extincta a obrigação revertirá o capital depositado em proveito do depositante ou de seus herdeiros.

§ 2.º Durante o tempo do deposito, o credor perceberá os juros e rendimentos do capital depositado.

§ 3.º A escolha da natureza do deposito pertence ao depositante, garantindo elle ao credor o juro annual do capital a 5 por cento.

Art. 125.º Se o novo possuidor não se obrigar á integral satisfacção de todos os encargos que têm no predio hypotheca registrada, ou se, obrigando-se até á concorrência do preço que declarar, se conhecer que a somma dos creditos é superior a esse preço, qualquer dos credores poderá requerer que o predio seja arrematado em hasta publica pelo maior preço que for possível obter sobre o que o novo possuidor tiver declarado.

§ 1.º Se em praça não houver offerta de preço superior a esse, os direitos dos credores se exercerão sobre elle, ficando salva a acção contra o devedor originario, ou quem o representar, pelo que ficar restando.

§ 2.º Havendo arrematação, os direitos dos credores serão exercidos no seu producto posto em deposito, salva a acção de que trata o § antecedente.

Art. 126.º A desistência da arrematação, feita pelo credor que a requerer, não sendo consentida igualmente pelos outros credores, não suspende a arrematação.

Art. 127.º Os credores hypothecarios, que, tendo

sido citados para deduzir o seu direito, não comparecerem, serão considerados como tendo renunciado aos seus direitos hypothecarios, e terão somente acção contra o devedor como credores simples.

Art. 128.º Juntas aos actos de expurgacão as certidões de pagamento dos credores citados, e lançados os que não tiverem comparecido no prazo que lhes foi assignado, será julgado por sentença expurgado de hypothecas o predio, e dar-se-ha baixa no livro do registro.

Art. 129.º Não poderá ser proferida sentença de expurgacão em quanto não se mostrarem citados todos os credores constantes da certidão do registro, passada pelo conservador respectivo a requerimento do comprador, e que deve servir de base ao processo.

Art. 130.º O credor por credito registrado que não tiver sido incluído na certidão ou não tiver sido citado não perderá os seus direitos hypothecarios.

#### TITULO XI

##### Da expropriação hypothecaria

Art. 131.º Para que possa ter lugar a expropriação hypothecaria é necessario:

1.º Que a hypotheca tenha sido constituída por algum dos titulos de que trata o artigo 73.º, n.º 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, e esteja definitivamente registrada;

2.º Que seja incondicional.

Art. 132.º A base do processo de expropriação é o título constitutivo da hypotheca acompanhado de certidão do registro, e de outra passada na epocha em que for requerida a expropriação, na qual o conservador declare os encargos que existem registrados posteriormente, com relação ao mesmo predio.

Art. 133.º O processo de expropriação principiará pela citação do devedor para dentro de dez dias pagar a divida ou deduzir embargos.

Art. 134.º A citação do executado será feita no domicilio que constar da certidão do registro.

§ 1.º Se o executado ali não for encontrado por estar ausente temporaria ou permanentemente, será feita a citação na pessoa que elle tiver deixado encarregada por procuração de a receber.

§ 2.º Se nenhuma pessoa apparecer para receber a citação, será feita em qualquer familiar ou vizinho, e o curador geral dos orphãos e ausentes, que defenderá no processo os direitos do executado em quanto este não comparecer por si ou por seu procurador.

Art. 135.º O executado não será admitido a deduzir embargos que não sejam fundados:

1.º Em falsidade do título constitutivo da hypotheca;

2.º Em novação ou pagamento provado immediatamente por documento legal.

Art. 136.º Findos os dez dias ou decididos os embargos, se os houver, far-se-ha immediatamente penhora nos immoveis hypothecados e se seguirão os termos do processo necessarios para a louvação.

Art. 137.º Antes da arrematação o contador do juizo fará nos autos a deducção da quinta parte e amate do imposto de transacção do valor do immovel, e a arrematação será feita por qualquer preço que exceder o valor que restar depois de feitas estas deducções.

Art. 138.º A arrematação terá sempre lugar pela raiz, seja qual for o valor do predio e a quantia pela qual corre a expropriação, salvo se o credor requerer que tenha lugar pelos rendimentos.

Art. 139.º Se da respectiva certidão do registro não constar que alguma outra hypotheca se acha registrada sobre o predio arrematado, o credor, apresentando certidão que prove que nenhum imposto se deve por elle á fazenda nacional, será immediatamente mandado pagar pelo producto da arrematação.

Art. 140.º No caso de haver mais hypothecas registradas o levantamento terá lugar somente depois de julgados os direitos de preferéncia.

Art. 141.º Para este julgamento serão citados por editos todos os credores hypothecarios, para no prazo de trinta dias apresentarem certidões dos seus respectivos registros, feito o que, sem mais formalidade alguma, serão os autos feitos conclusos ao juiz que, em vista da lei e das certidões de registro, fará a classificação dos credores.

§ unico. Na falta de comparecimento de credores, o juiz fará a classificação *ex officio* em virtude da certidão de que trata o artigo 132.º

Art. 142.º A todo este processo de expropriação só applicaveis as disposições geraes sobre execuções e expropriações particulares que não forem incompativeis com as da presente lei.

Art. 143.º Para que tenha lugar a expropriação por letra hypothecaria é necessario:



do. Nos respectivos regulamentos se decretará o modo de levar a effecto esta garantia.

Art. 184.º É o governo autorisado a fazer todos os regulamentos que forem necessários para a execução da presente lei.

Art. 185.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da commissão, 18 de maio de 1860.—*José Manuel Crispiniano da Fonseca*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira* (com declaração)—*Joaquim Antonio de Calça e Pina*—*José Estevo*—*João de Mello Soares e Vasconcellos*—*Agostinho Rodrigues Soares Cancellia*—*Antonio Maria do Couto Monteiro*—*Antonio Pequeto Seixas de Andrade* (com declaração)—*Barros e Sá* (com declaração)—*Antonio Gonçalves de Freitas*, relator.

#### Tabella a que se refere o projecto de código de credito predial

|   |     |
|---|-----|
| 1.º De cada verba (Em Lisboa e Porto).....                    | 400 |
| de registro.....(nas outras comarcas).....                    | 300 |
| 2.º De cada letra hypothecaria, alem do sello                 | 200 |
| 3.º De qualq. averbamento feito ao lado do registro.....      | 100 |
| 4.º Certidões de cada verba ou averbamento, alem da rasa..... | 100 |
| 5.º Buscas, por cada anno, não sendo o corrente.....          | 50  |

Proposta de lei fixando a força de mar no anno economico de 1860 a 1861, apresentada pelo sr. ministro da marinha em sessão de 2 do corrente.

#### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º A força de mar para o anno economico de 1860 para 1861 será fixada em 2.577 homens, distribuidos por uma fragata, como transporte, quatro corvetas, sendo tres a vapor, tres brigueiros, tres escunas, sendo uma a vapor, um cutter, dois cabiques, dois palhobotes, cinco vapores, e uma barca transporta.

Art. 2.º O numero e qualidade dos navios armados pôde variar segundo o exigir a conveniencia do serviço, com tanto que a despesa total não exceda a que for votada para a força que se autorisa.

Art. 3.º As sommas votadas para o armamento naval não poderão ser distribuidas para outro qualquer serviço.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de maio de 1860.—*José Marcellino de Sá Vargas*.

Proposta de lei autorisando o governo a dar por concluida ao conselho presidente da relação de Goa, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro o tempo que ainda devia servir na mencionada relação, apresentada pelo mesmo sr. ministro na mesma citada sessão.

Senhores:—O artigo 25.º do decreto de 7 de dezembro de 1836 dispõe que os juizes da relação de Goa servirão nove annos para terem direito a entrar nas relações do reino: e o decreto de 7 de maio de 1858 estabeleceu (artigo 7.º) que só seja contado para tal effecto o serviço effectivo no ultramar, e que nenhum outro espaço de tempo seguido ou interpolado, que o juiz passar fóra das provincias ultramarinas, lhe será attendido para o accesso e vantagens ali declaradas.

O conselheiro Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, actual presidente da relação de Goa, começou a contar o tempo de serviço na mesma relação no dia 2 de janeiro de 1850, e deveria ter completado o prazo legal de tal serviço no dia 2 de janeiro de 1859, mas tendo vindo ao reino com licença para tratar da sua saúde, em maio de 1855, foi eleito deputado em 1856, e por este motivo se conservou no reino, e aqui estava quando em 27 de maio de 1858 se publicou o citado decreto de 7 do mesmo mez, a tempo que já estava novamente eleito para a legislatura que começou em 7 de junho seguinte.

O governo, a quem o conselheiro Joaquim Antonio de Moraes Carneiro pediu que lhe desse por concluido o tempo de serviço na relação de Goa, depois de ouvir o conselho ultramarino, com cujo parecer se conformou, entendeu que não cabia nas suas attribuições o deferir-lhe; mas considerando:

Que ao conselheiro Carneiro apenas faltam sete mezes para completar o prazo legal do serviço na relação de Goa, e que no fim de tão curto prazo teria aquelle tribunal, pela retirada do mesmo conselheiro, de ficar outra vez incompleto, com grave prejuizo de serviço, em quanto não fosse preenchido o seu lugar pelo juiz a quem elle competisse;

Que o dito juiz antes de começar a servir na relação, não só havia completado seis annos de serviço como juiz de direito de Macau, mas ainda havia servido na antiga magistratura e mesmo na antiga relação de Goa, sempre com honra e proveito publico;

E que não seria de equidade obrigar um funcionario benemerito e com tantos annos de bons serviços aos incommodos de uma viagem a Goa, e á do regresso ao reino, só para tão pouco tempo como o que elle seria obrigado a servir ali: vem offerecer á vossa approvação a seguinte

#### PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a dar por concluido ao conselheiro Joaquim Antonio de Moraes Carneiro o tempo que elle deveria servir na relação de Goa, na conformidade do decreto de 7 de dezembro de 1836, para gozar das vantagens a que no fim de tal prazo teria direito.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 2 de junho de 1860.—*José Marcellino de Sá Vargas*.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Aveiro—O *Campeão das Provincias* publica as seguintes satisfactorias noticias sobre o estado das oliveiras:

«São este anno fundamentadas as esperanças que ha com referencia aos oliveiros. Não só nos nossos sitios, mas, segundo nos consta, em quasi todas as partes do paiz, as oliveiras apresentam geralmente uma expectativa lesqueira, vergando todas sob o peso de uma compacta florescencia.»

Porto—Acerca do caminho de ferro do norte dá o *Commercio do Porto* a noticia que passamos a transcrever:

«Os engenheiros da empresa continuam os estudos do terreno, que parece já concluiram até á Magdalena, nas proximidades do Senhor da Pedra, onde termina a secção de Ovar, em que já andam trabalhos de construcção.

«Diz-se que brevemente vão começar os trabalhos da secção do Porto ao Senhor da Pedra.»

—No mesmo jornal encontra-se a seguinte curiosa noticia acerca dos trabalhos de um habil artista mechanico portuguez:

«O sr. José Antonio Teixeira de Sousa S. Thiago, habil e engenhoso artista serralleiro, e intelligente mechanico, convidou hontem diversas pessoas a presenciar nos baixos do edificio do hospital do Terço a experiencia de uma pequena locomotora a vapor, n'um carril de ferro circular, e de uma machina a vapor que move simultaneamente um torno mechanico, uma serra vertical e outra circular, tu-

do em ponto pequeno. O combustivel empregado foi o carvão vegetal, porque a pequenez das fornalhas não comportava o emprego do carvão mineral. A experiencia das duas machinas, perfeitamente acabadas, foi feliz.

«O caminho circular tinha 60 palmos de circunferencia na parte interior, e 60 e tantos na exterior. A locomotora percorria este espaço em 8 segundos. Esta machina pesa 77 arratéis, e tem uns 2 palmos e meio de extensão. Toda a mão de obra é do sr. S. Thiago, que recebeu parabens das pessoas presentes.

«Consta-nos que haverá uma nova experiencia publica em beneficio do hospital do Terço. O sr. S. Thiago é digno de todo o louvor, não só pela coragem com que emprehendera uma tentativa que lhe custará muito trabalho e muito dinheiro, como pela habilidade que provou na realização do seu empenho.»

Vianna do Castello.—Segundo diz o *Viannense*, prometiam n'este districto, as ceareas de trigo e centeio, boa colheita. Os vinhos das terras lentas, cujas sementeiras não acabaram ainda, nascem com vigor, e têm um aspecto lisonjeiro. As videiras estão muito desenvolvidas e trazem abundancia de fructo. O *oidium* não tem progredido. O linho gallego apresenta boa apparencia. As batatas promettem grande abundancia do fructo. Os pomares de carço estão tambem bastante carregados, apesar de ter cahido alguma fructa com os ventos que ultimamente têm reinado.

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até ao 1.º do corrente.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Constantinopla, 30 de maio.—No dia 28, foi nomeado grão-visir Kibrisli Mahemed Pacha, e no dia 29, por um decreto especial, recebeu a missão de inspecionar as provincias da Romelia, para onde deve partir immediatamente.

Na ausencia d'este funcionario fica exercendo as suas funcções, Ali Pacha.

Napoles, 30.—No dia 27, ás quatro horas da madrugada, os revoltosos atacaram Palermo, ás seis rebentou a revolução dentro da cidade, e Garibaldi flanqueando as montanhas, com 5.000 homens e 6 peças de artilheria, penetrou dentro da praça e installou-se no senado. As tropas reais recolheram-se á cidadella e ao palacio de Monreal, e ás sete horas começou o fogo das fortalezas e dos navios.

O bombardeamento continuou até ao meio dia, fazendo estragos de consideração.

Paris, 30.—O principe Jeronymo está gravemente doente, em Villegien, onde reside. Foi atacado de uma congestão cerebral.

Vienna, 30.—Foi adiada por quinze dias a abertura do conselho do imperio. Foram substituidos os seis conselheiros que se negaram a aceitar os cargos para que haviam sido nomeados.

Turin, 30.—O conde de Cavour, respondendo a Ratazzi, manifestou o maior pesar por se ver obrigado a fallar em cousas delicadas, mas que declinava toda a responsabilidade n'este. «Não temos garantias da França, disse o ministro sardo, na parte relativa ás annexações, nem mesmo ás pedimos. A declaração de que a França respeitará a não intervenção, foi para nós bastante. A França não se oppoz á suppressão da autonomia da Toscana.

—A estes despachos acrescenta a *Correspondencia de Espana* o seguinte:

«Depois de recebermos o despacho de Napoles, que acima damos, recebemos outro de Paris, annunciando como provavel a evacuação de Palermo.»

### SICILIA

Um jornal publica hoje uma interessante serie de cartas de Palermo, com diferentes promotores relativos ás operações da insurreição siciliana. Segundo o correspondente a que alludimos, deprehendese dos documentos officiaes, que desde o dia 4 de abril até ao dia 1.º de maio, as perdas experimentadas pelas tropas nos diversos combates sustentados contra os revoltosos, foram de nove soldados mortos e quarenta e cinco feridos, tendo depois fallecido dez d'estes ultimos no hospital, entre elles dois officiaes. Os revoltosos tiveram cincoenta homens mortos e quarenta e oito feridos. Vê-se pois que houve exaggeração nas noticias que a este respeito foram dadas como exactas.

Parece não ser tambem exacto o que se disse relativamente aos estragos causados em Canini e S. Lourenço, onde tiveram logar as acções mais enarnigadas, porque em nenhum d'estes pontos existem vestigios da horrivel devastação, descripta por alguns correspondentes.

O correspondente do jornal *El Dia*, que dá todos estes promotores, affirma que entre aquellas duas cidades apenas viu umas trinta casas, mais ou menos deterioradas pelo fogo. Um dos edificios que mais soffreu foi o palacio do principe Cassano, presidente do conselho de ministros.

### INGLATERRA

Lord John Russell communicou á camara dos communs toda a correspondencia diplomatica relativa ao desembarque de Garibaldi, em Marsala.

Deprehendeu-se da leitura d'estes documentos, que Garibaldi estava effectivamente presente, quando se operou o desembarque. Uma nota do capitão Manyat, que assistiu ao desembarque, declara que Garibaldi commandava em Marsala, depois da tomada da cidade. Este facto não constava ainda officialmente.

O *Observer*, de Londres, reportando-se ás consequências provaveis da revolta, aceita como solução razoavel a reunião da Italia, incluindo Nápoles e a Sicilia ao governo de Victor Manuel. «Citamos esta opinião, diz a *Presse*, porque o *Observer* passa por ser o órgão do ministerio.»

—A julgar pelo que diz o *Morning-Post*, o governo inglez não rejeita de uma maneira absoluta as propostas feitas pela Russia, relativamente á situação dos christãos na Turquia. «A Russia, diz o jornal citado, tem o direito de propor uma conferencia, e as outras potencias não podem recusar-se a assistir a ella, porém a maior parte será sempre favoravel á integridade da Turquia.

—Uma agitação radical assaz viva, parece dever organizar-se na Inglaterra, por causa da questão de competencia que acaba de dividir a camara dos lords e a camara dos communs. Uma commissão de defeza da constituição encareceu-se de resistir aquillo a que dão o nome de «obstáculos dos pares». Na imprensa, o *Morning-Star* e o *Daily-News* associam-se a este movimento. (La Presse.)

—No dia 24 de maio ultimo, de novo se fallou na camara dos communs, da questão de Chablais e Faucigny. Uma interpeellação de sir Kinglelake deu a lord John Russell occasião para declarar que recebera uma nota, em que o governo suizo instava pela reunião de uma conferencia, na qual seja discutida a questão dos territorios neutralizados. O ministro disse mais que o governo inglez sustentou esta proposta, e que continuará a sustenta-la em quanto o governo suizo não for o primeiro a abandoná-la. (La Presse.)

## NOTICIAS CIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE P. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

| JUNHO-3 | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|---------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
|         | Millimetros         | Grãos C.                  | Por 100                 | Rumos              |
| 9 m.    | 756,71              | 18,7                      | 50,8                    | NO.                |
| 3 t.    | 756,75              | 19,8                      | 44,3                    | NO.                |

#### DIA 2.

|                                    |          |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura.....            | 21,4 C.  |
| Minima.....                        | 14,5 "   |
| Ozone (de noite).....              | 4,0      |
| Chuva (de dia).....                | 6,5      |
| Chuva (uimetro).....               | 1,3 Mil. |
| Evaporação (vaporimetro).....      | 6,0 "    |
| Altura barometrica correcta.....   |          |
| Altitude do barometro 95,1 metros. |          |
| Temperatura á sombra.....          |          |

| JUNHO-4 | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|---------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
|         | Millimetros         | Grãos C.                  | Por 100                 | Rumos              |
| 9 m.    | 757,78              | 17,7                      | 56,1                    | NNO.               |
| 3 t.    | 757,13              | 20,0                      | 44,9                    | NO.                |

#### DIA 3.

|                                    |          |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura.....            | 20,8 C.  |
| Minima.....                        | 13,8 "   |
| Ozone (de noite).....              | 5,0      |
| Chuva (de dia).....                | 4,0      |
| Chuva (uimetro).....               | 0,0 Mil. |
| Evaporação (vaporimetro).....      | 7,2 "    |
| Altura barometrica correcta.....   |          |
| Altitude do barometro 95,1 metros. |          |
| Temperatura á sombra.....          |          |

## NOTICIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 3 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, de Southampton em 5 dias e 16 horas, e de Vigo em 39 horas, com fazendas a A. Van Zeller; 61 pessoas de tripulação, 4 malas e 19 passageiros.

Conceição Feliz, rasca, mestre G. da Costa, da Figueira em 3 dias, com madeira e mais generos; 7 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Manuel Augusto Lopes, marítimo; portuguez.

Senhora do Pilar, rasca, mestre S. S. Marques, da Figueira em 3 dias, com madeira; 11 pessoas de tripulação e 5 passageiros, que são: Luiz Innocencio Loureiro, com 1 pessoa de familia; Joaquim Carvalho, Joaquim Gambaia, artistas; Maria Joaquina de Sousa Carvalho; portuguezes.

Rainha dos Açores, esca portugueza, capitão D. Martins, de Pernambuco em 37 dias, e da ilha de S. Miguel em 7, com assucar, mel e mais generos a J. de Brito; 15 pessoas de tripulação, 1 mala e 4 passageiros, que são: Manuel Ignacio de Sousa, com 2 pessoas de familia; Manuel Cabral Medeiros, trabalhadores; portuguezes.

Maria Emilia, brigue portuguez, capitão J. R. Conde, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 31 dias, com semente de purgueira, café e mais generos ao visconde da Junqueira; 10 pessoas de tripulação, 1 mala, e 1 passageiro, que é: Henriqueta da Cunha Oliveira, negociante; portuguez.

Jarco, patacho portuguez, capitão J. M. Coelho Sobrinho, de Pernambuco em 40 dias, com assucar, mel e mais generos a M. J. P. Basto; 9 pessoas de tripulação.

Catella, patacho portuguez, capitão M. G. dos Santos, da Bahia em 47 dias, com assucar, couros e cacau a J. de Brito; 11 pessoas de tripulação.

Feliz União, barca portugueza, capitão A. S. Rosa, do Maranhão em 31 dias, com algodão, assucar e mais generos a M. Pires; 18 pessoas de tripulação, e 16 passageiros, que são: José Augusto de Brito, Antonio Francisco Maia, Manuel José das Costa Moreira, Manuel Francisco da Silva, negociantes; Gentil Augusto Gonçalves Pereira e sua mulher, estudante; Justino José Baptista, sem emprego; D. Emilia Joaquina de Miranda com 5 pessoas de familia; portuguezes: Theodoro José da Silva Gama Junior, Antonio Augusto Correia Guimarães, lavradores, brasileiros; A. Bernalde, negociante; francez.

Belier, polaca franceza, capitão J. Boyer, de Marsella em 24 dias, com trigo e mais generos, a Chandler; 8 pessoas de tripulação.

Flor do Guadiana, hiate portuguez, mestre J. S. Faca, de Villa Real de Santo Antonio em 6 dias, com encomendas; 5 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Maria da Conceição, Anna Maria, portuguezas.

Bom Jesus e Almas, hiate portuguez, mestre F. A. de Sousa, de Vianna em 4 dias, e de Peniche em 16 horas, com milho e encomendas; 7 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: Manuel José Pereira, caixeiro; José Gonçalves de Araújo, marítimo; D. Emilia dos Martyres com uma filha, portuguezas.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

S. José e Almas, cahique portuguez, mestre M. dos Santos, para Villa Nova de Portimão e Lagos, com cereaes; 8 pessoas de tripulação, e 10 passageiros, que são: José Gonçalves Pires, proprietario; João Antonio dos Santos Veiga, artista; José Antonio Ramos, Bernardo de Athayde, José Severino, João Antonio Severino, marítimos; Joaquim Correia, menor; Barbara Maria, Isabel Maria, Maria Joaquina; portuguezas.

Visconde de Athouga, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com trigo e encomendas; 27 pessoas de tripulação, e 21 passageiros.

Santa Cruz, hiate portuguez, mestre J. C. Alfani, para Vianna em lastro; 7 pessoas de tripulação. Tentadora, bateira, mestre J. Maria, para Sines, com sal e carvão; 6 pessoas de tripulação.

Victoria, hiate portuguez, mestre D. da Silva, para Caminha em lastro; 9 pessoas de tripulação. Feliz Destino, hiate portuguez, mestre A. F. do Carmo, para Setubal em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Santa Martha, rasca, mestre C. Franco, para a Vieira, em lastro. Alpha, galeota hollandesa, capitão J. Cil, para Hamburgo, com azeite e sal; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 3 de junho de 1860.—*J. J. Cecilia Kol*, capitão tenente, commandante.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 4 de junho—3 por cento consolidado a 48,10—3 dito differido a 38,40. Bolsa de Paris, em 4 de junho—3 por cento francez a 70,10—4 1/2 dito a 96,30. Bolsa de Londres, em 4 de junho—Consolidados de 95 a 95 1/8.

## AVISOS

### PASSEIO PUBLICO

Festa de caridade em beneficio do asylo da infancia desvalida do Campo Grande

ENTRADA 100 RÉIS CADA PESSOA

Quinta-feira 7 do corrente, dia da procissão do Corpo de Deus, haverá uma brilhante funcção: tres bandas marciais tocarão durante a noite as mais variadas peças de musica.

As onze horas terá logar um fogo de artificio monstro, composto pelo artista inglez Ireland, e dirigido por madame Turnour.

N'esta noite é permitida a entrada no passeio a todas as pessoas decentes, embora vestidas de jaleca.

Os bilhetes estarão á venda desde a manhã na barraca do *diorama no passeio*, bem como na estação dos omnibus, no largo do Pelourinho.

As pessoas que entrarem no passeio depois do primeiro toque da sineta (ás sete horas) deverão apresentar á entrada os respectivos bilhetes.

Pede-se que cada um dos individuos se apresente á saída com o respectivo bilhete, por ser morosa e sujeita a equívocos a pratica de alguns chefes de familia de entregarem reunidos os bilhetes de todas as pessoas que os acompanham.

A commissão fundadora do asylo do Campo Grande confia que o publico lisboense, prompto sempre a concorrer com auxilios a bem das instituições de caridade, aproveitará ainda esta occasião de manifestar mais uma vez tão generosos e philantropicos sentimentos.

### MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 20 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 2 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

A direcção d'esta associação annuncia que do 1.º a 15 do proximo futuro mez, das nove horas da manhã ás quatro da tarde, se receberão na casa da mesma associação as quotas do corrente mez.

Prevem-se os socios n.ºs 830, 1033, 1072, 1344, 1355, 1370, 1395, para virem satisfazer os seus debitos, segundo as disposições do § 2.º do artigo 48.º dos estatutos.

Lisboa, 31 de maio de 1860.—O secretario da direcção, José Maria Gervasio Codina.

### ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

No escriptorio do monte pio geral da marinha, junto á entrada principal do arsenal, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, joias, inscripções, e accões do banco ou de companhias.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### BOLETIM DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

Publicação mensal, contendo todos os actos officiaes mais importantes d'aquelle ministerio

Assigna-se na loja do *Diario de Lisboa*, rua Augusta n.º 224.

| SEM ESTAMPILHA            | COM ESTAMPILHA            |
|---------------------------|---------------------------|
| Por semestre . . . 1\$200 | Por semestre . . . 1\$500 |
| Por anno . . . . . 2\$400 | Por anno . . . . . 3\$000 |

### MANUAL DE HIPPIATRICA

Ou guia racional para a escolha, o trato, e o aperfeiçoamento do cavallo em relação aos seus diferentes serviços domesticos, em que se trata da anatomia, physiologia, e mechanica applicadas á construcção e movimentos do cavallo; das bellezas e defeitos da sua conformação exterior, assim como das suas molestias visiveis, das cores, da idade, do resenho, etc.; e em fim, dos meios de promover a saúde, e de melhorar as raças cavallares: obra util aos officiaes de cavallaria, aos padeiros, lavradores, ferradores, novos veterinarios, e em geral a todos os possuidores de cavallos: por J. J. Ferreira, lente substituto da escola veterinaria, fegente graduado de cavallaria, antigo facultativo veterinario de cavallaria 7, socio correspondente da sociedade imperial de medicina veterinaria de Paris.

Um grosso volume de quinhentas paginas, ornado de seis estampas, representando quarenta e duas figuras—1\$600 réis. Vende-se em Lisboa, no escriptorio de Francisco Arthur da Silva, rua dos DouRADORES n.º 178, 2.º andar.

## ANNUNCIOS

1 JOSÉ CALISTO MACHADO, prior de Santo Estevão, cordalmente agradece a todas as pessoas que lhe prestaram a honra de acompanhar a finada sua mãe desca de a igreja do convento de Sant'Anna á igreja de S. Pedro de Alcantara, onde se lhe fizeram os deydos suffragios, e ao cemiterio dos Prazeres: pedindo desculpa a todos os quantos involuntariamente deixasse de convidar, pela dor de uma tão sensivel perda.

2 JOSÉ MARIA GONÇALVES participa aos seus amigos que foi Deus servido levar da vida presente sua estimada esposa D. Theodora Firmina de Oliveira Gadanho, cujos restos mortaes se hão de dar á sepultura pelas cinco horas da tarde do dia de hoje, e espera lhe honrem o acto fúnebre de sua casa ao cemiterio, pedindo desculpa aquelles dos seus amigos que não receberam carta de convite, cuja falta se deve attribuir ao estado de consternação em que se acha.

3 DANIEL FERREIRA PESTANA tem a honra de participar aos seus amigos que hoje, 5 do corrente, pelas seis horas da tarde, terá logar a transladação dos restos mortaes de sua esposa, D. Veridiana Constança Leite de Sousa e Noronha, para o seu jazigo no cemiterio dos Prazeres: pede e espera que lhe honrem este acto com a sua presença.

4 NA 5.ª VARA, escriptão Monteiro, estão a correr os editos de trinta dias, a fim de chamar quem direito tiver á justificação de D. Eugénia Vizeu da Costa, com autoridade de seu marido, e outros, em como são os únicos representantes do fallecido João Nunes Vizeu; e findo que seja o dito prazo, não compareçam, serem lançados, sendo para esse fim a dita justificação julgada por sentença.

5 PELA 5.ª VARA, escriptão Seita e Sá, correm editos de trinta dias, pelos quaes são chamados e citados todos os que se julgarem com direito a uma propriedade de casas, sita na rua do Teixeira, n.º 37 e 38 antigos, e hoje com os n.ºs 2, 4 e 6; e com frente para a travessa da Cara, n.ºs 36 e 38-4, e hoje com os n.ºs 6, 8 e 10, na freguezia da Encarnação, em virtude de erecção que D. Sebastiana Maria Pires, viúva do commandador Henrique José Pires, move a D. Anna Joaquina Rosa de Mattos, e hoje representada por José Maria de Vallois. O arrematante tem depositado o producto no deposito publico, com os encargos constantes do conhecimento, por decimas, fôros, e todas as dividas e hypothecas, com que possa estar onerada a mesma propriedade, passando para o preço em deposito os mesmos encargos, e findo o prazo de trinta dias se lhes assignará uma audiencia, com a pena de, não comparecendo, serem lançados, e julgada a propriedade livre e desembaraçada para o arrematante.

6 PELA 6.ª VAR